



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XII

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2023

Nº 054

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1052
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1054

TAQUIGRAFIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

OBJETIVO: tratar sobre a importância da garantia dos direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade.

EM: 23.03.2023

INÍCIO: 14h49min

PRESIDENTE: SRA. IEDA CHAVES

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a um Requerimento da Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Ieda Chaves, após a aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para debater sobre a importância da garantia dos direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, do Facebook, do YouTube e também pela TV Assembleia, canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa a Excelentíssima Senhora Deputada Ieda Chaves, proponente desta Audiência Pública;

Convidamos também a Excelentíssima Doutora Flávia Barbosa Shimizu, Promotora da 36ª Promotoria de

Justiça e Curadoria de Combate à Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público do Estado de Rondônia;

Convidamos a Excelentíssima Doutora Euma Mendonça Tourinho, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Rondônia – AMERON;

Convidamos a Excelentíssima Doutora Ada Alves dos Reis Mendes, Defensora Pública, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia;

Convidamos a Excelentíssima Doutora Vanessa Michelle Esber Serrate, Presidente da Comissão da Mulher da OAB, neste ato representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia;

O Excelentíssimo Doutor Héverton Aguiar, Procurador do Ministério Público do Estado de Rondônia;

O Excelentíssimo Senhor Coronel PM Odinelson Gomes Braga, Coordenador de Atividades Sociais da Polícia Militar do Estado de Rondônia;

A Excelentíssima Senhora Vereadora Juliana Nonato, Presidente da União de Câmaras e Vereadores de Rondônia – UCAVER-Mulher;

E a Senhora Sandreia Silva Costa, Presidente da União Brasileira de Mulheres.

Com a palavra, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Ieda Chaves.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Boa tarde a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater sobre a importância da garantia dos direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) – Neste momento, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino “Céus de Rondônia” (Letra de Joaquim Araújo Lima, e Música de José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Queremos, neste momento, agradecer a presença de Leni de Souza Costa, Presidente do

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ

1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA

2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL

1º Secretário: CIRONE DEIRÓ

2º Secretário: JEAN MENDONÇA

3º Secretário: NIM BARROSO

4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Senhor Geovane Vasconcelos de Souza, Presidente da ASRO (Associação de Surdos de Rondônia); Senhora Elismara Silva, representante do Bairro Tucumanzal, Mulheres que Levantam Mulheres; Senhora Flaviana Tertuliana, representante do Movimento Mães Coragem; Senhora Lidiane Barbosa, administradora, Associação de Familiares e Amigos de Presos do Estado de Rondônia.

Senhora Brenda Moraes, Vice-Presidente da Associação Filhas do Boto Nunca Mais; Senhora Rosimar Francelino Maciel, Coordenadora da Rede Lilás Porto Velho; Senhora Maria Gomes Coutinho, Professora da Associação dos Surdos de Porto Velho; Senhora Catarina Souto, Presidente do SINTES-RO (Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais e de Classe do Estado de Rondônia); Excelentíssima Senhora Grayce Anne Barros de Souza Bezerra, Secretária Municipal de Turismo; Coronel PM Braga, Coordenador de Atividades Sociais da Polícia Militar; Senhora Aline Rodrigues Moreira Dantas, psicóloga da Coordenadoria de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Rondônia; Elizilene Nascimento, Presidente da Central Única dos Trabalhadores; Marlene Monteiro, Sacerdotisa Yakolecy do Candomblé em Rondônia.

Também a Excelentíssima Senhora Tâmera Padoin Marques Marin, Promotora de Justiça; Senhora Marli Rosa de Mendonça, ouvidora da Ouvidoria da Mulher da OAB; Excelentíssima Senhora Ana Paula Marques Rodrigues, assistente jurídica da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Rondônia; Senhora Gina de Brito, Vice-Presidente do Conselho Regional da Mulher de Porto Velho; Senhora Thaís Tudela Nicolau Bousquet Viana, Psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Mulher, no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Senhora Elessandra Lopes Silva, Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; Senhora Graça Rocha, Presidente da Associação do Bairro Aponiã; Senhora Dúlia Passos, Presidente da Comunidade Cristal da Calama; Senhora Laura Cristina Anastácio Rodrigues, titular do Conselho Regional do Serviço Social 23ª Região; Senhora Jaqueline Suzana, do gabinete da Presidência desta Casa; Senhora Andréa Luciana Damacena Ferreira Engel, Ouvidora-Geral das mulheres do Ministério Público; Senhor José Odair, Presidente da ASDEVRON – Associação dos Deficientes Visuais; Senhora Patrícia Holanda de Oliveira Rocha, Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada – OAB/RO.

Excelentíssima Senhora Pamela Glaciele, Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada OAB/RO; Senhora Lenira Cordeiro Gomes, Presidente da Associação de Mulheres Ribeirinhas Cujubim Grande; Senhora Rayana Trajano, Vice-Presidente da Associação Banzeiro Amazônia; Senhora Itaci Alves Ferreira, Coordenadora da Vigilância das Violências da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde; Senhor Danilo

Ramos da Rocha, Presidente da Associação dos Surdos de Porto Velho – ASPVH; Senhora Andréia Márcia de Oliveira, Assistente Social da Casa Branca; Senhora Mara Valverde, representando o Fórum Popular de Mulheres, da Federação dos Sindicatos dos Poderes Legislativos Câmara Federal e Senado – FENALE; Excelentíssima Senhora Vereadora Ellis Regina, Câmara Municipal de Porto Velho.

Agradecemos também a presença da Senhora Beatriz Madalena Otero Miguel de Araújo, Assessora da Gerência da Mulher, da SEAS – Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social.

Neste momento, passo a palavra à Deputada Ieda Chaves para conduzir a presente Audiência Pública.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) – Mais uma vez, boa tarde a todos. Queria dizer da minha alegria, da minha satisfação de conseguirmos promover esta Audiência Pública para tratar da vulnerabilidade das mulheres.

É um tema que é muito importante. E eu quero agradecer imensamente a todos que estão aqui compondo a Mesa. São amigos, são pessoas que realmente estão aqui porque acreditam na causa, que aceitaram esse convite para que a gente possa, de fato, trabalhar juntos para que a gente possa evoluir como sociedade. Porque uma sociedade que não cuida das suas mulheres não tem como a gente imaginar que essa sociedade vai ter sucesso, que essa sociedade vai conseguir criar cidadãos que possam realmente estar olhando para todas as causas. Porque não se trata de feminismo, se trata de direitos humanos.

A gente sente que as mulheres, a cada vez, a gente tenta, tenta, mas a gente não está evoluindo. A nossa questão de feminicídio, de abuso, de abuso na questão de dentro de casa, não só, infelizmente, das mulheres, mas também de crianças. Então a gente não tem como não ter um enfrentamento para essa causa. A gente não tem como não estar aqui debatendo para que a gente possa avançar.

E eu conto com todos vocês. Agradeço a todos que vieram, porque é muito importante vocês estarem aqui ouvindo, apoiando, passando essa mensagem para frente, para um vizinho, para uma amiga. Porque nós vivemos em um mundo de machismo estrutural, onde a gente sofre. As mulheres sofrem todo dia algum tipo de abuso e sequer percebem.

Então nós precisamos conversar, debater, enfrentar para que a gente possa, de fato, evoluir. Então, muito obrigada, Doutora Flávia; muito obrigada, Doutora Ada; Doutor Héverton; muito obrigada à vereadora que também veio aqui para nos ajudar; Doutora Euma; muito obrigada a Sandreia; Doutora Vanessa. E, desculpa, o coronel também que veio aqui representando o Estado. Muito obrigada. Porque a gente aqui, juntos, a gente tem mais forças, sim. Todos queremos a mesma coisa. Então eu tenho certeza que, ao final deste dia, a gente vai sair aqui com propostas e vamos buscar soluções para que essas soluções, que essas emendas, que projetos de

lei que a gente faz, que a gente aprova aqui, que viram leis, que a gente possa fiscalizar também essas leis para que elas tenham efetividade e não fiquem apenas em um papel. Eu conto com todos vocês. Muito obrigada. Neste momento, eu vou passar a palavra para a Doutora Sandreia Silva Costa, Presidente da União Brasileira de Mulheres e Presidente do Conselho Estadual das Mulheres.

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA - Boa tarde a todas e todos. Eu gostaria de cumprimentar todas as mulheres, na pessoa da Sacerdotisa, está aqui ao lado da nossa grande Vereadora Ellis. A Sacerdotisa, que é essa mulher que faz história na defesa, na luta contra toda e qualquer forma de preconceito, seja ele religioso, racial ou mesmo de gênero. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Ieda Chaves, que prontamente nos recebeu nesta Casa.

Vocês sabem que o Conselho Estadual do Direito das Mulheres e todas essas mulheres, que foi lido aqui, que representam a sociedade civil organizada neste Estado, elas têm uma grande história de luta. E com a gente não é diferente. A construção do Conselho é pautada pela história de muitas mulheres que por aqui passaram, que passaram neste Estado construindo as políticas para as mulheres. Vocês vão ver depois na nossa apresentação aqui. Mas essas mulheres do movimento, das organizações, das associações, das entidades, essas mulheres que estão ali sentadas hoje, eu fico muito feliz que atenderam o nosso chamado, estão aqui. Hoje nós estamos aqui por nós, para falar sobre nós.

Agradecer à Doutora Flávia, à Doutora Euma, à Doutora Ada, ao Doutor Héverton, que eu brinco aqui entre nós que ele é mais feminista do que muitas de nós, porque é um precursor dessa luta, dessa política e que nós estamos aqui para discutir.

E a Deputada Ieda, assim que ela foi eleita, nós — eu, as demais conselheiras, a Marli, a Rosa Negra, a Laura — começamos a fazer aqui o êxodo à Assembleia Legislativa para que a gente pudesse discutir as nossas demandas. E ela nos abriu oportunidade de fala na Comissão da Mulher e a gente só tinha cinco minutinhos. E aí ela falou assim: “vamos fazer uma audiência pública para a gente discutir mais, ter tempo de falar”. A gente disse: “então vamos”. E aí nós mobilizamos todas essas mulheres para estarem aqui para que a gente pudesse, de fato, falar das nossas dores, dos nossos anseios, das nossas lutas. O dia hoje é nosso, de nós falarmos, de nós colocarmos para fora tudo aquilo que nós precisamos avançar. Muito obrigada. Vamos ao debate.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Muito obrigada, Sandreia. Você sempre à frente das lutas, das causas, ajudando tantas mulheres que realmente precisam. Parabéns.

Neste momento, eu vou passar a palavra para a Senhora Vereadora Juliana Nonato.

A SRA. JULIANA NONATO - Boa tarde a todas. Que plenário

bonito! As mulheres unidas em prol das nossas lutas que já há muito tempo nós viemos ocupando o espaço que já era nosso. Somente agradecer, primeiramente, a Deus e o convite aqui da Sandreia. Obrigada, Sandreia, por estar valorizando cada vez mais as mulheres e estar fazendo realmente o papel que é da proteção da mulher. Parabéns pelo trabalho que você vem desenvolvendo, juntamente com a SEAS, no Estado de Rondônia. Muito obrigada pelo convite.

Em nome das vereadoras que estão aqui no plenário, Eliane, a vereadora de Novo Horizonte — eu não consegui detectar mais vereadoras —, sintam-se cumprimentadas. E representando aqui essa plenária linda, maravilhosa, em nome aqui da Vereadora Ellis Regina, cumprimento os demais também que compõem aqui o nosso plenário. Em nome da nossa Deputada Ieda Chaves, a todos que compõem aqui o nosso dispositivo.

Enfim, as nossas políticas públicas para mulheres. Hoje eu tenho orgulho de estar representando as vereadoras do Estado de Rondônia, pela UCAVER Mulher. Era uma das pautas, assim que a nossa ilustre Rosária Helena, que é a nossa Presidente da UCAVER, era uma das propostas em criar a UCAVER Mulher. Por quê? Nós precisamos fortalecer as mulheres na política. E por que não começar com a União dos Vereadores? E hoje eu sou Procuradora do Município de Rolim de Moura, a 2ª Procuradoria do Estado e a 1ª itinerante, porque eu costumo falar: “se Maomé não vai até a montanha, a montanha vai até Maomé”.

Então a mulher, quando ela é violentada, ela não tem força para ir buscar os seus direitos. Então nós, como legisladora, no momento, e como protetora das mulheres, nós temos que ir até elas. Porque o agressor é tão manipulador que ele acaba fazendo com que a vítima se sinta culpada. Então, ela não tem força para ir buscar ajuda. E hoje eu palestrando dentro das escolas, com as adolescentes, você vê pela expressão do rosto delas a necessidade do conhecimento, principalmente quando você entra na parte psicológica. Porque a Maria da Penha é uma lei conhecida por todos, desde criança, adolescente e adulto, todos conhecem a Lei Maria da Penha.

Então, quando você explana a real situação da Lei Maria da Penha, quando você entra na parte psicológica, você vê o semblante das adolescentes e dos adolescentes. Eu já palestrei que teve crianças que não conseguiram ficar dentro da sala ouvindo. Por quê? Ou sofrem ou veem a mãe passando por aquela situação e não conseguem fazer a denúncia. Então nós precisamos mostrar que nós temos a rede de proteção que vai blindar para que o agressor não vá até eles, porque eles não vão fazer a denúncia por medo do agressor.

Então nós temos que mostrar que nós temos essa rede de proteção para estar defendendo as nossas mulheres violentadas. E eu fico triste em saber que o Estado de Rondônia é o segundo maior em feminicídio do Brasil. Só perde para o Mato Grosso do Sul. Então isso eu fico muito triste. É onde nós temos que nos unir cada vez mais, fazendo políticas públicas, fortalecendo, deputada,

para que nós consigamos baixar esse nível — erradicar, na verdade. Vamos erradicar a violência doméstica também. E eu estou aqui também fazendo parte de um município da Zona da Mata para estar fazendo esse fortalecimento para mais políticas públicas das mulheres. Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Parabéns, vereadora. Mais uma vez, obrigada pela sua presença, por estar representando também a Zona da Mata. Obrigada.

Neste momento, eu vou passar a palavra para o Excelentíssimo Senhor Coronel da PM Odinelson Gomes Braga, Coordenador de Atividades Sociais da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O SR. ODINELSON GOMES BRAGA – Boa tarde a todos. Externar nossa gratidão ao nosso Comandante Supremo, aquele que fez os céus e a terra. Cumprimentar Sua Excelência, a Deputada Estadual Ieda Chaves, a quem faço aqui a minha deferência por tamanha iniciativa em trazer à baila uma discussão tão importante como é a proteção, a dignidade, o respeito à mulher rondoniense, a qual tanto necessita, precisa e merece os cuidados de nós enquanto autoridades.

Cumprimentar a Doutora Flávia Mazzini também, que é uma lutadora pela causa, está sempre ombreando conosco. Na pessoa da Doutora Euma Mendonça Tourinho, cumprimentar as demais mulheres. Na pessoa do Doutor Héverton Aguiar, cumprimentar os demais homens que também labutam nesta causa em prol da mulher rondoniense.

Permita-me falar um pouquinho em nome da Polícia Militar, por quem tenho legitimidade em falar. A Coordenadoria — ora estou de Coordenador de Atividades Sociais da Polícia Militar, deputada — é responsável por toda a filosofia de policiamento comunitário, um policiamento de aproximação, um policiamento em que não é mais permitido o comandante trancar a sua porta e tomar decisões monarcas. Nós saímos dos nossos quartéis, passamos a ouvir a necessidade, o clamor da sociedade que tanto merece.

E dentro dessa Coordenadoria nós temos várias vertentes: PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), que dispensa comentários; nós temos o Programa Escola Segura; vários programas de polícia comunitária; vários pelotões de Polícia Militar Mirim. Dentre toda essa política da corporação, nós temos um núcleo chamado NUPEVID (Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica).

Nossas viaturas são desencadeadas pelas nossas Centrais de Operações, ao longo do Estado. A guarnição de serviço chega até aquele evento delitivo, onde há aquela desinteligência familiar. Via de regra, nós desencadeamos nossas patrulhas Maria da Penha, que todos os senhores, senhoras aqui conhecem. Quando, por ocasião do registro desta ocorrência, preenchemos um formulário padrão, que nós denominamos “Formulário de Risco”, e lá é perguntado se essa vítima necessita

dessa Medida Protetiva de Urgência — MPU. Quando essa mulher diz “sim”, essa ocorrência cai no nosso centro de operações e, em paralelo, todas as ocorrências do Estado caem dentro da nossa Coordenadoria.

Através de uma parceria com o Tribunal de Justiça de Rondônia, dentro do PJE — Processo Judicial Eletrônico —, através dos nossos especialistas, nós temos uma função ininterrupta, 24 horas, feriados, mesmo na calada da noite os nossos policiais militares estão trabalhando a fim de trazer uma verdadeira segurança às nossas mulheres.

Por meio desse PJE, nós peticionamos dentro desse processo e despachamos direto com a autoridade judiciária, a fim de pedir, nós levamos subsídios para a autoridade judiciária expedir essa medida protetiva. Outrora, essa medida demorava alguns dias e, graças a um trabalho vanguardeiro, a um trabalho de parceria com o Tribunal de Justiça, em algumas horas após aquela desinteligência familiar, nós estamos com a medida protetiva dentro das nossas guarnições de serviço, a fim de, efetivamente, oferecer verdadeiramente a segurança tão merecida por essas mulheres. Obrigado.

Tive o privilégio de apresentar esse trabalho no final do ano passado, em Brasília. É um trabalho vanguardeiro. Não poderia falar desse trabalho sem mencionar aqui a pessoa do Desembargador Doutor Álvaro Kalix. É um precursor, é alguém que trabalha. E nós temos trabalhado.

Aproveito a ocasião para convidar as autoridades da Mesa, faço muito bom gosto, nos sentiríamos muito honrados, deputada, com a vossa presença para conhecer um pouquinho do trabalho da Polícia, um pouquinho do que nós temos apresentado. Os números têm aumentado. Por que têm aumentado? Porque nós nos antecipamos a aquele evento delitivo, nós criamos visitas a fim de evitar. Essa é nossa missão constitucional: evitar que o crime ocorra.

A Polícia Militar se preocupa com a segurança, com a integridade física das mulheres. E hoje nós nos sentimos honrados. Desde já, nos colocamos à disposição. Nós recebemos o convite hoje. Nós tínhamos outra atividade, mas nós cancelamos. Eu e o meus oficiais fizemos questão de estar aqui, por saber a tamanha importância desse assunto. Muito obrigada. Excelente tarde a todos.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Muito obrigada, Coronel. A gente entende a importância da Polícia Militar na nossa causa. Parabéns e obrigada, mais uma vez, por ter cancelado o seu compromisso para estar aqui conosco. A gente vai, sim, conhecer os trabalhos para que a gente possa caminhar juntos para evoluirmos. Muito obrigada.

Neste momento, eu vou convidar o Excelentíssimo Doutor Héverton Aguiar, Procurador de Justiça do Ministério Público de Rondônia.

O SR. HÉVERTON ALVES DE AGUIAR - Boa tarde a todas, a todos. De forma muito carinhosa,

muito especial, boa tarde a Deputada Ieda Chaves, a proponente desta Audiência Pública. E já de início, Deputada Ieda, ressaltar a importância desses conclaves, a importância desses encontros, a importância de se trazer esse tema para uma discussão. E de sobremaneira que esse tema seja sempre objeto de discussão na Casa de Leis, no Parlamento, onde as normatizações que vão reger a vida em sociedade são discutidas. É um tema que, obrigatoriamente, tem que estar nas pautas de prioridade.

Então, cumprimento a senhora, parabenizo-a pela iniciativa e que nós possamos, na tarde de hoje, discutir muito sobre esse tema que aflige de uma forma tão dramática, tão sofrida toda a sociedade brasileira.

Cumprimentar a Doutora Flávia Shimizu, minha colega de Ministério Público, uma Promotora dedicada à causa; e juntamente com ela, também cumprimentar a Doutora Tânia Garcia, nossa colega de Ministério Público; a Doutora Tâmera Marin; Doutora Andréa Engel. Doutora Andréa é Ouvidora-Geral do Ministério Público e Ouvidora das Mulheres. Essas colegas vêm desempenhando um trabalho extraordinário, digno de elogio, de reconhecimento de toda a classe pelo trabalho, pelo empenho, pela dedicação e, acima de tudo, pelo pertencimento, por sentir a dor juntamente com tantas outras pessoas conhecidas, queridas, guerreiras que eu vejo aqui na plateia. Como diz o nosso hino, "sentinelas avançadas" na defesa das mulheres que sofrem. Essas mulheres que estão aqui, juntamente com as nossas colegas, são aquelas mulheres que sentem a dor doída, o pranto silencioso das mulheres que são vítimas de violência. Então, a todas vocês, o nosso reconhecimento, o nosso muito obrigado. É muito bom estar com vocês. Cumprimentar a Doutora Euma; a Doutora Ada Alves; cumprimentar a Doutora Vanessa Michele, é um prazer revê-la. Cumprimentar o Coronel Odinelson e, juntamente com ele, cumprimentar todos os oficiais da Polícia Militar que estão conosco nesta tarde; a Vereadora Juliana Nonato, Presidente da União das Câmaras e Vereadores de Rondônia, o UCAVER Mulher, mais uma iniciativa de defesa das mulheres. Cumprimentar a Senhora Sandra Silva Costa. Também cumprimentar todos os servidores desta Casa, que emprestam o seu talento para que este evento seja exitoso.

E colher a oportunidade para que nós possamos falar desse momento tão dramático que é a realidade que vivem as mulheres brasileiras. Aqueles que buscam fazer com que a violência contra a mulher fique na invisibilidade criam certos termos equivocados. E ouvimos com muita frequência: "vamos falar de direito de minorias". Ouvimos isso ainda hoje pela manhã, comentávamos sobre isso: "minorias". Ledo engano. As mulheres são a maioria no Brasil, 50,1% da população brasileira são mulheres.

Quando se fala em direito da população negra, pretos e pardos, fala-se "minorias"; 56,7% da população brasileira é de pretos e pardos. Ou seja, eles criam, evidentemente, cortina de fumaça para que se fale "é minoria", "é uma discussão de minoria". Muito pelo contrário. O Brasil tem que discutir de uma forma muito responsável, discutir

de uma forma muito preocupante a realidade em que vive a maioria do povo brasileiro. E é de se acolher esse momento para falar sobre mulher em condição de vulnerabilidade.

Quando se fala em vulnerabilidade, é mulher que está em situação de risco, de todos os riscos possíveis. Dramaticamente, de uma forma triste, as estatísticas mostram que o Brasil é o pior país da América do Sul para se criar uma filha. De todos os países da América do Sul, Deputada Ieda, o Brasil é o pior país. É o 4º pior país do mundo para se criar uma filha. Veja a situação de vulnerabilidade em que nós nos encontramos. E essa vulnerabilidade da mulher, que é efetivamente o tema desta tarde, a vulnerabilidade da mulher é histórica. Nós temos um débito. Na sociedade brasileira, e quando eu me refiro à sociedade brasileira, falo de sobremaneira da sociedade brasileira masculina, há um débito gigantesco e impagável com as mulheres deste país.

Vou contar uma história rapidamente para vocês para que nós possamos ver como que é histórica a violência contra a mulher. A Imperatriz Maria Leopoldina — imperatriz consorte de Dom Pedro I —, historiadores contam que ela faleceu em razão de complicações do parto decorrente de um chute que o imperador a teria dado na barriga. E agora, recentemente, uma Maria — de Porto Velho — foi assassinada por seu marido por asfixia. Então, veja você que mais de 200 anos separam a história de duas Marias tão parecidas, Marias que estavam em situações socioeconômicas bem distintas: uma era Imperatriz do país; e outra a Dona Maria, de um dos bairros da nossa capital.

Veja que a violência contra a mulher está em todos os níveis sociais e precisa ser olhada com todo o cuidado das autoridades. Porque, se nós não tivermos esse cuidado de revertermos essa situação, nós teremos uma sociedade cada vez mais violenta. Porque a violência que corre nas ruas, a violência que a Polícia Militar é obrigada a enfrentar todos os dias, um país que mata mais de 60 mil pessoas por ano, essa violência tem como gênese e tem como origem a família. Ocorre dentro de casa. É o comportamento violento adquirido dentro de casa que é levado para a sociedade e as pessoas se relacionam com as pessoas violentamente, agressivamente, porque foi violência, foi agressividade que ela aprendeu dentro de sua casa. É de fundamental importância, Deputada Ieda, essa iniciativa para que se possa, sem dúvida nenhuma, discutir isso.

Durante a pandemia, no auge da pandemia, em 2022, a Polícia Militar recebeu um telefonema por minuto de mulher pedindo socorro. E nós não somos capazes de mensurar a subnotificação, aquelas que não ligaram para a Polícia Militar. Chegamos ao absurdo de termos a estatística de que uma mulher, neste país, sofre uma agressão física ou verbal a cada dois segundos. E aqui não entra a violência psicológica, não entra a violência patrimonial, aqui não entra a violência moral, aqui não entra o assédio sexual, aqui não entra a importunação sexual, aqui não entra a violência política.

Uma mulher é agredida a cada dois segundos. Sabe

o que isso representa? Vamos fazer uma dinâmica rapidamente? Quando nós estivermos parados em nosso veículo, em um cruzamento, que o sinal demorar sessenta segundos para abrir, quando o sinal pular do vermelho para o verde, mentalize: "trinta mulheres foram agredidas no país". Naquele momento, enquanto você está no seu carro, dando uma olhadinha no celular, aguardando o sinal abrir ou fazendo qualquer outra coisa, trinta mulheres foram agredidas neste país. Esta é a dramática realidade que vivemos. Daí o porquê, sim, discutir, e de forma muito responsável, no parlamento do nosso Estado a situação de vulnerabilidade que vivem as nossas mulheres.

Em 9 de agosto de 1945, vereadora, na madrugada, por volta de cinco horas da manhã, um bombardeiro da força aérea norte-americana, um B-29, decola das ilhas Marianas, levando em seu porão a bomba atômica batizada de "Fat Man". Seria o segundo ataque atômico ao Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Por volta das onze horas da manhã, o B-29 sobrevoava a cidade de Nagasaki. Os porões foram abertos e a "Fat Man", uma bomba atômica de plutônio enriquecido, com a força de mais de 27 quilotons de dinamite, é lançada. E ao cair no solo de Nagasaki dizima, extermina trinta mil pessoas; instantaneamente morreram.

Todos os anos, vereadora, no dia 9 de agosto, o mundo todo se comove. Existem cerimônias, monumentos que foram erguidos em Nagasaki. O primeiro ataque foi em Hiroshima, morreu mais gente, foi a "Little Boy". Refiro-me à bomba de Nagasaki, a "Fat Man", e vão já entender o porquê. Todos os anos, no dia 9 de agosto, o mundo chora, homenagens são feitas. Quando o Chefe de Estado visita aquela região, vai colocar flores no monumento dedicado às vítimas. Trinta mil pessoas foram dizimadas.

Nos últimos trinta anos, mais de 120 mil mulheres foram assassinadas neste país por seus maridos, seus ex-maridos, seus namorados, seus ex-namorados, seus noivos, seus ex-noivos e seus ficantes. Mais de 120 mil pessoas. Sabe o que isso quer dizer? Que caíram na cabeça de nossas mulheres, nos últimos 30 anos, quatro "Fat Man", quatro bombas atômicas, e ninguém chora por isso.

Não se ouvem lamentos por isso. É uma violência que vai ficando na invisibilidade. Aquela violência que eu prefiro não ver. A violência de dentro de casa. De sorte que nós precisamos, sim, buscar alternativas. E este, penso, é o principal objetivo deste encontro, desta Audiência Pública. Nós precisamos buscar alternativa para que verdadeiramente se tire as mulheres dessa condição de vulnerabilidade. Essas mulheres, nós homens, essas mulheres que estão em vulnerabilidade são nossas mães, são nossas irmãs, são nossas tias, são nossas avós, são nossas esposas. Essas mulheres que estão em condições de vulnerabilidade precisam ter a sua dignidade respeitada. E isso se resume ao respeito. Precisamos desenvolver urgentemente a cultura de respeito.

Há uma socióloga estadunidense que fala uma

coisa muito interessante quando ela se refere à questão da violência contra a mulher. Ela diz que o mais difícil não é aprender a respeitar, o mais difícil é desaprender a não respeitar. Porque foi uma cultura machista, arcaica, estrutural, que foi difundida em todo o país, que atinge homens e mulheres. Nós precisamos reverter isso.

Deputada Ieda, mais uma vez, eu a cumprimento de uma forma muito feliz em poder participar de um momento como esse onde nós poderemos discutir alternativas no Parlamento para que possamos defender, proteger e reverter a situação de nossas mulheres em situação de vulnerabilidade, dando-lhes a dignidade que lhes é de direito. Muito obrigado.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Muito obrigada, Doutor Héverton. Palavras fortes que faz realmente. Por isso que eu entendo a necessidade de falarmos, porque, quando a gente ouve, a gente começa a dar importância e a pensar em soluções. Parabéns. E parabéns a você e aos oficiais da PM que estão aqui, homens que possam inspirar outros homens a também virem conosco nessa luta que não é só nossa.

Antes de passar a palavra, eu quero comunicar que foi esquecido um celular Samsung branco, perdido no banheiro, e que ele está aqui na DEPOL (Departamento de Polícia Legislativa) aqui atrás. Quem perdeu um celular branco da Samsung, pode pegar, que está ali.

Gostaria também de registrar a presença e agradecer a presença da Senhora Adriana Leite de Oliveira Maia, que está aqui representando a Secretaria de Assistência Social - SEAS.

E agora eu convido a Excelentíssima Doutora Vanessa Michele Esber Serrate, Presidente da Comissão da Mulher da OAB, neste ato representando a Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Rondônia.

A SRA. VANESSA MICHELE ESBER SERRATE – Boa tarde a todos. É uma alegria imensa receber o convite para participar de uma Audiência tão relevante para todas nós.

Quando assumimos cargos em que temos contato sobre a realidade da mulher, nós ficamos extremamente sensibilizadas e queremos fazer parte e fazer a diferença de alguma forma. Atualmente, pela OAB, nós inspiramos o Vereador Gilber a instaurar um projeto de lei para dar continuidade ao nosso projeto, que é "Pergunte por Aline". Eu acredito que algumas de vocês já conheçam, mas quando as mulheres se sentem em estado de vulnerabilidade, se sentindo ameaçadas nas boates, bares, restaurantes, casas noturnas, criou-se um código — que inclusive foi uma ideia de um colega que, em Londres, quando ele estava nas boates e nos bares, as pessoas eram orientadas a chamar pela Ângela. E por uma forma carinhosa, o nosso Presidente Márcio Nogueira entendeu por bem que a gente criasse esse código, por conta da nossa Secretária-Geral Aline.

E nós estamos visitando diversas casas noturnas, estamos fazendo um protocolo de segurança com os funcionários. E a gente percebe que eles têm diversas

dúvidas de como atuar durante a noite. Eles falam “olha, mas ela está bêbada e ele estava pagando a bebida dela. E aí ele se sente no direito de violentá-la, de levá-la, de agredi-la”. E esse protocolo, essa lei é justamente para que as mulheres que se sentirem ameaçadas de alguma forma, elas vão abordar qualquer funcionário da boate, da casa noturna e vai falar: “Aline está aí?”, “Tem uma bebida chamada Aline?”. Imediatamente esses funcionários treinados vão tomar uma medida para levar essa mulher para casa em segurança.

Um dos problemas que a gente precisa rever aqui é principalmente o funcionamento da Delegacia da Mulher, que ela funciona entre 7 e 13 horas. A maioria dos crimes acontece nos finais de semana, na madrugada, e esse é um gargalo extremamente relevante que a gente precisa pontuar.

Também recebemos pela OAB, atualmente, uma demanda de um delegado que responde por Monte Negro e Ariquemes. Ele está como delegado na Delegacia da Mulher e ele disse que muitas vezes os homens que cometeram alguma coisa, as mulheres que procuram a delegacia dizem que têm uma medida protetiva, mas na verdade não há um banco de dados — que é uma regra imposta pela Lei Maria da Penha —, o delegado não consegue acessar se realmente ela está com uma medida protetiva vigente. E ele acaba dispensando esse homem, que volta para casa e comete mais um crime, e essa mulher, às vezes, vem a morrer por essa falta de acesso.

Hoje entrei em contato com a Doutora Cristiane Damasceno, que é a nossa Presidente Nacional da OAB Mulher, e ela me disse que esse é um problema nacional mesmo. Não há um banco de dados onde os delegados podem acessar as medidas protetivas vigentes.

Então, eu me coloco à disposição. Estou há 15 dias presidindo a OAB. Coloco-me à disposição de todos os órgãos e entidades. E acredito que apenas juntos, homens e mulheres, nós conseguiremos reverter essa situação tão triste em que nos encontramos, principalmente aqui em Rondônia. Muito obrigada.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Muito obrigada, Doutora Vanessa. E, realmente, são questões importantes que foram colocadas aqui. Em algumas a gente vai deliberar depois algum caminho para minimizar, para que a gente possa começar imediatamente. Porque tem algumas coisas que a gente sabe que não adianta a gente sequer aprovar um projeto de lei porque não é exequível naquele primeiro momento. Mas nós já conversamos — as promotoras, delegadas, a Sandra —, a gente vem tendo reuniões no interior e a gente vai apresentar depois algumas coisas aqui. Muito obrigada.

Neste momento, eu chamo a Excelentíssima Doutora Euma Mendonça Tourinho, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Rondônia.

A SRA. EUMA MENDONÇA TOURINHO - Boa tarde a todos. Primeiro, eu gostaria de parabenizar a Deputada Ieda Chaves pela iniciativa. Segundo, eu

gostaria de na pessoa — sem querer parafrasear a primeira palestrante —, mas na pessoa da Sacerdotisa Yakolecy Marlene Monteiro, cumprimentar todos os presentes.

Deputada Ieda, eu participo de muitos eventos públicos na minha vida, não só como Juíza de Direito que sou há quase 25 anos, mas agora como Presidente da Associação dos Magistrados. Mas eu confesso que fiquei emocionada quando entrei aqui hoje. Primeiro, porque é difícil falar sobre assuntos afetos à mulher.

Hoje, mais do que nunca, nessa polarização estúpida que nós vivemos, qualquer fala nesse sentido você logo vai ser tachada de feminista, num sentido pejorativo — nós devemos muito ao feminismo no Brasil —, ou vai ser alegado que há ideologia de gênero, como se mulheres buscassem algo em relação a si próprias que não fosse direito ou que não revertesse em benefício da sociedade. Eu quase nunca vejo uma mulher questionando algo num sentido de benefício por ser mulher. Por exemplo: eu quero passar em um concurso da magistratura, quero ser juíza porque eu sou mulher. Nunca vi. Nós fazemos uma prova igual aos homens. Mas, ao longo da carreira, nós temos muitas diferenças. Diferenças de oportunidades. E isso em relação a minha carreira — vejo aqui as minhas amigas promotoras ao fundo —, essa é uma fala que a gente ouve na iniciativa pública e na iniciativa privada. As oportunidades não são iguais. Os ataques não são iguais. As ofensas não são iguais.

E eu sei, deputada, que me foi dado cinco minutos apenas, mas eu queria basicamente perder esse tempo — se é que nós podemos falar em perda — com um vídeo que eu postei nas minhas redes sociais há um tempo que fala sobre um casal — estão marido e esposa —, e a mulher está grávida, e é a menininha, o bebezinho falando para o pai, falando sobre o futuro dela, o que vai acontecer durante a vida dela. Se puderem reproduzir o vídeo, eu continuo minha fala depois. Por favor. Pode ser depois? Enquanto isso, eu vou falando. Eu acho que houve algum problema técnico.

Em suma, como bem disse o Procurador de Justiça Héverton Aguiar, a quem cumprimento igualmente. Ele e o Desembargador Álvaro Káliz, como bem foi dito, são dois homens que sempre lutam por uma luta que não é das mulheres, repito, é uma luta da sociedade. Quando nós temos agressões dentro de um sistema familiar, nós atingimos muitas pessoas. Pensem sempre em uma mesa em que há pés das mesas. Eu quebro um pé da mesa, a mesa não é afetada só por aquele local onde o pé foi quebrado. A mesa se desequilibra inteira.

E quando nós falamos disso, nós falamos de sistema familiar. Nós falamos de sistemas dentro de sociedade. Nós falamos de sistema dentro de um país. Nós falamos de sistema universal, do mundo inteiro. No mundo inteiro nós temos preconceito, machismo, ofensas, violências que não são só físicas — como bem lembrou o Doutor Héverton —, mas que são em sua grande maioria contra as mulheres. Ele falou da mulher do imperador.

Minha mãe faleceu em 2012. Um ano antes do falecimento dela, eu soube que minha mãe apanhou

grávida, aos quinze anos de idade, do marido. E essa foi uma das muitas agressões que ela sofreu. E depois disso ela decidiu se separar e teve que ir embora sem os filhos do primeiro casamento, porque havia ameaça de que se ela os levasse, ela morreria e os filhos também. E minha mãe a vida inteira tratou isso como segredo, porque a sociedade não admite que você reclame do marido. Minha mãe foi embora para São Paulo, já no segundo casamento, com meu pai, ambos divorciados, e minha mãe trabalhava o dia inteiro, das cinco da manhã — a hora que ela acordava — até as 9 horas, que ela chegava em casa.

Às vezes as pessoas olham para mim e falam: “Doutora Euma,” — falei hoje para a deputada no direct, isso é muito comum — “a senhora é uma fonte de inspiração”. Mas algumas falam: “nossa, a doutora Euma Tourinho tem sorte”. Se é que eu tive sorte, deputada — a senhora deve ouvir isso também —, a minha sorte foi ter uma mãe que não admitia que os filhos fossem tratados de maneiras diferentes, apesar de ela ter vindo na década de 1970 para São Paulo, solteira, e ser nortista. Porque isso também, lá em cima, é tratado como preconceito. Minha mãe não admitia isso. Minhas irmãs, se é que eu tive um segundo componente de sorte, minhas irmãs mais velhas eram quem cuidavam de mim e me incentivavam, enquanto pequena, a ser a mulher que hoje eu sou.

Imaginem os senhores e as senhoras que estão aí em cima — e como eu fiquei feliz em ver tantas mulheres importantes aqui — se vocês acreditassem, como líderes que são, que vocês não poderiam fazer algo ou não poderiam chegar aonde vocês chegaram. Se eu acreditasse nisso, eu não seria hoje Juíza de Direito com quase 25 anos de carreira.

Nós precisamos parar de falar um pouco sobre o que nós já sabemos. Nós já sabemos que violência existe; nós já sabemos que há machismo estrutural; nós já sabemos que mulheres têm dupla ou tripla jornada; nós já sabemos que há diferença de tratamento. Tudo isso nós já sabemos. E não adianta o discurso, seja onde for — nesta tribuna ou em outro lugar — de que defendemos os direitos das mulheres quando assistindo, por exemplo, sessões públicas, nós vemos interromperem as deputadas o tempo todo.

Debate entre Hillary Clinton e Donald Trump para Presidência dos Estados Unidos. Ela o interrompeu 17 vezes, ele a interrompeu 51 vezes. É muito comum parlamentares começarem a falar e serem interrompidas e não se respeitar o direito delas de voto, que foram eleitas para representar o povo como qualquer outra pessoa.

É muito comum, em órgãos públicos, mulheres terem ideias, e roubarem, num sentido figurado, as ideias que mulheres têm, se apropriarem disso. É muito comum as mulheres não terem lugar de fala e não serem reconhecidas por sua capacidade exatamente igual a de homens. Não se trata aqui de nós contra eles. No início da minha fala, eu disse que essa polarização estúpida está minando o nosso país. Os homens têm qualidades

e são muitas. Mulheres têm qualidades e são muitas. E essa junção cultural, multicultural, multifacetária é que faz das instituições, das organizações, dos Poderes, das empresas, algo evoluído. Mulheres têm habilidades que os homens não têm.

Quando nós temos em órgãos, como no atual Tribunal de Justiça do Piauí, toda uma administração superior sem nenhuma mulher lá integrando, sem nenhuma mulher como auxiliar da presidência, nós não temos essa visão tão valiosa que é das mulheres juízas naquele Estado. Será possível que não há uma juíza competente naquele Estado que prestou concurso igual aos demais? Será possível que não há uma advogada competente para presidir a OAB — aqui presente representada pela Doutora Vanessa? Será possível? Por isso que eu não me importo, senhoras aí de cima do plenário, quando dizem que nós falamos demais.

Antigamente, usavam o termo “histeria”. Homem quando fala alto é um homem firme. Às vezes, falam até que ele é macho. Mulher quando fala alto — não é, deputada? — é histórica. Não tem problema. Podem tachar, nos tachar do que quiserem. Nós não vamos parar. Nós vamos dar resposta, deputada, com o nosso trabalho. Cada crítica que é feita a mim, eu respondo com trabalho duro, com trabalho sério, com trabalho destemido.

“Sentinelas avançadas”, Doutor Héverton Aguiar, foi o termo que eu escolhi para representar a Ameron (Associação dos Magistrados do Estado de Rondônia) quando fui eleita como a primeira mulher Presidente da Associação, em 40 anos quase. Eleita e reeleita. “Sentinelas avançadas”.

O vídeo está pronto? Podemos ver? E aí eu encerro a minha fala com o vídeo, porque acho que não necessita de mais nada além disso.

Nós precisamos de soluções. E quais seriam elas? Educação na escola. Precisamos ter uma matéria que trate de violência doméstica. Precisamos formar crianças que se enxerguem com direitos iguais. Precisamos entender que as mulheres têm capacidade, têm autoestima, têm autoestima. No passado nos disseram que nós éramos menores. Precisamos de educação nas escolas. Precisamos de projetos de lei que tratem de maneira diferente, porque temos essa dívida histórica, até que a gente consiga essa igualdade que a ONU (Organização das Nações Unidas) prevê — em 50, 60 anos, no mínimo. Nós precisamos, sim, de legislação diferente. Nós precisamos de punições severas, sem benefícios, para pessoas violentas. Para todo e qualquer tipo de violência. Precisamos de legislações aprovadas nesse sentido. Juiz cumpre a lei, juiz não faz a lei. Nós precisamos de solução. Menos discurso e mais solução.

O vídeo está aí. Precisa ler a legenda porque é em inglês.

(Apresentação de vídeo)

Não é pecado a gente nascer menina. Nós não temos o direito de desistir. Não é só pela gente, é por todas nós, por todos nós. Muito obrigada.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) – Uau! Obrigada. Gostaria de chamar para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Camargo. Gostaria de chamar a Excelentíssima Doutora Ada Alves dos Reis Mendes, Defensora Pública, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

A SRA. ADA ALVES DOS REIS MENDES - Boa tarde, Deputada Ieda. Cumprimento a senhora, a quem estendo os cumprimentos aos demais membros da Mesa. Boa tarde a todos e todas presentes nesta Audiência Pública. Um agradecimento especial ao Doutor Hans Lucas Immich, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, que pediu que eu estivesse aqui hoje representando a Defensoria Pública do nosso Estado. Eu sou defensora pública e atuo no interior. Eu não tenho um ano ainda na carreira. Tenho quase um ano, estou prestes a completar um ano.

Muito aqui se falou sobre a violência doméstica. Até falei aqui com a Doutora Flávia, eu vivo um paradoxo porque eu preciso fazer a defesa, é meu papel institucional, muitas vezes, fazer a defesa de homens agressores. E, não pensem que é simples, não pensem que é fácil. É muito comum, quando a gente conversa com os agressores, a naturalização dessa violência. É algo absurdamente naturalizado. É algo absurdamente enraizado na nossa sociedade. Muitas vezes eu estou na reservada e um deles chega para mim e fala "ah, mas eu só dei um tapa, o que tem de mais?", "por que eu estou preso por ter feito isso?", "você sabe o que ela me disse antes de eu bater nela?", "mas ela não fez o jantar", "eu cheguei, a criança estava chorando". Então, são diversos fundamentos — descabidos, obviamente —, mas que muitas vezes as pessoas, os homens, se acham naquele direito de fazer aquela agressão.

Isso só da física, fora a psicológica, que é muito comum. A agressão é o último estágio do que a gente tem na nossa sociedade, que é a estrutura do machismo. E, como a Doutora Euma já falou aqui muito bem, quando a gente fala de direito de mulheres, nós automaticamente somos taxadas como "nossa, feminista", "ai, lá vêm vocês com esse papo novamente", "nossa, vai começar esse mi-mi-mi". E não é. É preciso que a gente fale sobre o machismo.

Eu costumo fazer sempre um paralelo: a gente não cura uma doença se a gente não descobre, se a gente não fala sobre ela. Então, nós precisamos falar sobre o machismo, nós precisamos entender que a luta do feminismo não é "mi-mi-mi", e não é sobreposição de mulher. A luta pelo feminismo busca igualar as mulheres na sociedade. Obrigada.

E muito mais, para a gente buscar essa igualdade, além de combater a violência, nós precisamos começar muito antes. É preciso, porque a violência é o último estágio.

Então a gente precisa que essa violência não aconteça. É claro, se ela acontecer, ela precisa ser punida. Mas precisamos que ela não aconteça. Nós precisamos começar com a educação. O debate sobre a importância da mulher, o debate sobre a igualdade das mulheres na sociedade, precisa começar ali na infância, nas escolas. É ali que nós precisamos semear o primeiro debate. É com as crianças que nós precisamos conversar sobre isso.

Vou já encerrando aqui minha fala. Semana passada, eu estive em um evento da Defensoria falando sobre o lançamento de uma cartilha. A "Querida Bia" é uma cartilha da Defensora Pública da Bahia que trabalha o racismo desde a infância. É um livro dividido em quatro contos. E eu fui ler um dos contos para as crianças. E depois que eu terminei os contos, as crianças começaram a retratar situações familiares, de conhecidos que tinham vivido o racismo. A questão do racismo também é uma vulnerabilidade e a mulher preta é mais vulnerável ainda na nossa sociedade.

E aquela conversa com aquelas crianças — eles retratando, eles falando sobre o assunto — me fez ver o quanto é necessário que esse debate, que essa conversa, que essa educação comece ainda nos primeiros anos, que a gente comece trabalhando isso ainda com as nossas crianças. Eu creio que só assim nós vamos conseguir transformar e igualar as mulheres.

Agradeço o convite, Deputada. Muito obrigada a todos.

O SR. HÉVERTON ALVES DE AGUIAR – Deputada Ieda, deixa eu quebrar o protocolo. Só me permita apenas um detalhe.

A doutora disse que as mulheres negras são mais vulneráveis. 62% das mulheres vítimas de feminicídio são negras. A mulher negra tem dupla vulnerabilidade: uma por ser mulher e outra por ser negra. 62% das mulheres assassinadas são negras. É um dado que tem que ser refletido, porque é muito preocupante.

Obrigado, Doutora.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) – Obrigada, Doutor Héverton, pela contribuição. Muito obrigada, Doutora Ada, e parabéns pela sua fala.

Neste momento, eu gostaria de convidar a Excelentíssima Doutora Flávia Barbosa Shimizu Mazzini, Promotora de Justiça do Estado de Rondônia, que trabalha na Curadoria de Combate à Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público do Estado de Rondônia.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI - Boa tarde a todas, a todos. Cumprimento, de forma muito especial, a Deputada Ieda, proponente desta Audiência, que representa aqui a Casa, o Legislativo. Cumprimento, de igual forma, o Deputado Rodrigo Camargo, que também é o dono da Casa. Eu, como vou ter uma outra oportunidade de falar, mais tarde, aproveito para cumprimentar todos que compõem a Mesa, todas aqui, palavras interessantíssimas. E parabenizar por este

momento. Parabenizar cada mulher que está aqui por este mês alusivo, mas em especial porque eu vejo aqui, Deputada Ieda, uma representatividade. Eu vejo aqui que a Casa, o Legislativo Estadual está preocupado em representar todas as mulheres do Estado: as mulheres brancas, negras, pretas, indígenas, quilombolas, amazônidas, travestis, transexuais, lésbicas, com deficiências, idosas. Esta Casa é de todas essas mulheres. Obrigada.

Os 19 deputados e as 5 deputadas representam todas essas mulheres. Aqui não serão excluídas mulheres. Eu tenho certeza que a senhora, as outras deputadas e os deputados não permitirão nenhuma exclusão dentro desta Casa. Então, é muito importante. Todas as mulheres, plurais, diversas, estão representadas e têm importância. Essas mulheres importam.

A Doutora Ada e o Doutor Héverton falavam de vulnerabilidade. O feminicídio, em 2022, diminuiu. Mas o feminicídio contra mulheres pretas aumentou. O Brasil é o pior lugar, é o lugar mais perigoso, pelo 14º ano, para as mulheres transexuais. Isso não importa para o Legislativo? Isso não vai ser tratado aqui nesta Casa? Nós vamos esconder que o Brasil é o pior lugar para mulheres transexuais, que é o lugar mais violento? Essas mulheres não importam? Essas pessoas não são pessoas? Elas serão excluídas aqui?

Então, quando eu vejo esta Casa com essa diversidade me alegra e me dá uma esperança que avançaremos. Avançaremos, sabe por quê? Porque Rondônia é o segundo pior lugar em feminicídio — acho que o Doutor Héverton trouxe esse dado, outra componente da Mesa trouxe esse dado —, o segundo pior lugar. Dados de 2022. É o quarto pior lugar em estupro de vulnerável. Estupro de vulnerável é estupro de meninas menores de quatorze anos. Qual é a importância, qual é o foco desta Casa? Estamos confortáveis com esses números? Estamos confortáveis em sermos o segundo pior Estado em feminicídio? Estamos confortáveis em sermos o quarto pior Estado em estupro de vulnerável?

E aí eu faço um adendo: que Porto Velho — esse ano eu não peguei — vem acumulando recordes de primeiro e segundo lugar em estupro de vulnerável entre as capitais do Brasil. Isso é inadmissível. Não existe pauta mais importante do que preservar as meninas e mulheres deste Estado.

Doutora Euma, para nós não é importante lutar pela nossa carreira, para nós não é importante lutar pelo nosso trabalho, porque nós precisamos lutar para sobreviver e para não ter o corpo violado. Essa é a prioridade de uma menina rondoniense. Ela não pode se ocupar de estudar, ela não pode se ocupar de pensar na carreira, de pensar em ser juíza, promotora, médica, advogada. Ela não pode se ocupar disso, porque ela tem que se ocupar em viver e não ter o seu corpo violado. Já é muita coisa.

Eu acho inadmissível que, na minha casa, com um filho e uma filha, eu tenha que verificar que meu filho pode pensar em coisas como essas — como a carreira que ele vai seguir, como quem ele vai ser, como o carro

que ele quer ter, a carreira —, e a minha filha tem que pensar em não ter o corpo violado — isso é inadmissível! —, em não ser morta nos próximos anos, em não achar um parceiro violento.

Isso não pode pautar a vida das nossas meninas e mulheres rondonienses. Elas têm o direito de pensar em ser muito mais do que isso. E esta é a Casa que vai ajudar a garantir. Eu, minhas colegas da violência doméstica, todas as promotoras deste Estado, todas as defensoras, todos os delegados, todos os policiais militares, não seremos capazes de, sozinhos, garantir o fim da violência. Se a gente não mudar uma cultura, se a gente não mudar uma cultura de exclusão, de abandono, de falta de cuidado e de proteção, nós não conseguiremos.

A Polícia Militar sabe. Nós não conseguiremos, ninguém tem braço nem perna para isso. Nós trabalhamos dia e noite com o processo de violência doméstica e nós não conseguiremos. Aqui os senhores podem fazer a diferença. Talvez muito mais do que nós, na ponta, decidindo processos, mexendo com os processos. Aqui vocês podem fazer a diferença. Desafiem-se: 19 deputados, 5 deputadas, a tirar Rondônia desse desconfortável segundo lugar em feminicídio; desse desconfortável quarto lugar em estupro de vulnerável. Desafiem-se. Isso já vai ser muita coisa.

Se a gente passar de segundo para terceiro, se a gente diminuir o número de estupro. Uma menina a menos estuprada já é muita coisa. Uma mulher a menos morta já é muita coisa. Então, eu clamo aqui como cidadã, não só como promotora, eu clamo como cidadã, eu clamo por todas as mulheres — brancas, pretas, amazônidas, transexuais, travestis, periféricas —, todas elas estarem aqui representadas, deputada. Não pode aqui ser um lugar de exclusão.

Então, eu agradeço muito a oportunidade. Às mulheres com deficiência, às mulheres idosas, eu agradeço muito. Fico feliz de ver tanta representatividade neste Parlamento. E eu espero que esse seja o desafio desta Legislatura. Muito obrigada.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Muito obrigada, Doutora Flávia. E já faço um convite para todas e todos que estão aqui: que a gente possa, ao final desta Legislatura, estarmos novamente aqui conversando, fazendo um balanço e, se Deus quiser, comemorando algum avanço nesse sentido.

Agora convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Camargo para fazer uso da palavra.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Deputada Ieda Chaves, boa tarde. Em seu nome, quero parabenizar todas as mulheres aqui presentes.

E esse momento extremamente importante e especial do nosso Estado. Talvez aqui muitos não saibam, mas eu fui delegado de polícia por 12 anos. E, na minha carreira, tive a grata satisfação de ser delegado titular da Delegacia da Mulher em Ariquemes. E antes de me oferecerem esse desafio de ir para a Delegacia da

Mulher, eu chefiava a Delegacia de Homicídios. Então, eu já tinha visto pessoas decapitadas, assassinadas, esquartejadas e pensei: "Ah, vai ser tranquilo agora ir para a Delegacia da Mulher, porque quem vê essas cenas brutas..." Grande engano. O efeito psicológico de uma Delegacia da Mulher, de uma delegacia que protege crianças e adolescentes, pode ter certeza, é bem maior. E digo isso como pai de quatro filhos.

Quando cheguei na delegacia titular de Ariquemes — eu gostaria de trazer esse relato para vocês, Doutora Tâmera, salvo engano, era minha colega naquele período, ela estava atuando do Ministério Público lá —, havia Delegacia da Mulher somente em Ariquemes. Alto Paraíso, Cujubim, Monte Negro, Cacaulândia, Garimpo Bom Futuro, Massangana, não existia delegacia. E as mulheres precisavam ir até Ariquemes para fazer um simples registro. E não tinham condições para isso.

Então, ainda enquanto Delegado Titular da Delegacia da Mulher, eu criei a delegacia itinerante. Pode dar um Google aí, tu vais conferir. Onde, durante os 2 anos que eu estive à frente da Delegacia da Mulher, nós íamos atender, com uma van que eu consegui emprestada, a mulher lá na zona rural, lá no garimpo, aquelas que não tinham condições de ter acesso à polícia. E assim eu fiz nesse período em relação à delegacia itinerante.

Outro ponto que eu me dei em conta, quando as mulheres chegavam à delegacia, estávamos ali somente eu, delegado, um escrivão, uma policial. E não tinha nenhuma assistência de um psicólogo ou de uma assistente social, tampouco de uma casa de acolhimento. E, enquanto delegado titular, eu propus — e foi feito pela Polícia Civil, está firmado e vigora até hoje: se a mulher tem atendimento psicológico e assistência social na Delegacia da Mulher lá em Ariquemes, foi através de um termo de convênio que eu consegui enquanto Delegado Titular da Delegacia da Mulher, junto com a FAAR (Faculdades Associadas de Ariquemes). Então nós conseguimos, através desse Termo de Cooperação, colocar assistente social e psicólogas, que até hoje funciona mediante termo de convênio lá da Delegacia da Mulher.

Eu me lembro — a Doutora Tâmera vai recordar disso — 2016, salvo engano, houve um caso de um médico lá que, durante as sessões de ginecologia, acabava abusando das suas pacientes mulheres. E eu fiz essa investigação, a maior investigação deste Estado, fui responsável por ouvir 195 mulheres. E levantei a tese de que a mulher, enquanto está no exame ginecológico, está vulnerável. E indiquei ele nas penas do artigo 217-A por estupro de vulnerável. E muitos deram risada da minha cara, me chamavam de "atécnico", falta de conhecimento jurídico. Pois é. A tese foi encampada, foi condenado em 1º grau esse médico, foi confirmado em juízo, ele pegou 130 anos de cadeia.

Para quem falava de mim, os meus resultados falam por mim. O meu trabalho fala por mim. Então esse médico permanece preso até hoje, lá em Ariquemes, cumprindo uma "cana" de 130 anos. Só para vocês terem noção: o médico me representou na Comissão Interamericana

de Direitos Humanos, dizendo que eu tinha abusado do meu direito de acusação enquanto investigador ali, presidindo o inquérito. Porém, o Tribunal de Justiça confirmou a sentença. E as senhoras hoje, se por um motivo ou outro, têm conhecimento de que alguma amiga ou familiar de vocês é abusada durante exames ginecológicos, isso é crime de estupro de vulnerável e o Tribunal de Justiça já confirmou aqui. Muito bem.

Outra situação que eu verificava — e a gente tem que parar de dar discurso aí com resultados efetivos, estou mostrando alguns aqui para vocês — enquanto delegado titular, e então já como delegado regional de Ariquemes, eu me dei conta que quando as mulheres chegavam para registrar uma ocorrência, Deputada Ieda, ficavam relatando ali muitas vezes um estupro, um abuso sexual na frente de todo mundo. E a mulher ficava um pouco constrangida, e isso é normal. E aí eu propus e consegui doação de todos os móveis. A gente criou lá na delegacia de Ariquemes — convido todos vocês a conhecerem isso — uma sala de acolhimento especial para a mulher, toda com móveis projetados, televisão, internet, Netflix.

E ainda tive o cuidado de colocar ainda um trocador de fraldas, que muitas mulheres vão gestantes e precisam deixar os seus filhos lá, fazer uma higiene com banheiro privativo. Isso é uma realidade. Assim como, muitas vezes, as mulheres advogadas vão na delegacia e não têm onde ficar, ficam perambulando pelos corredores. E nós criamos lá também uma sala da OAB para que a mulher advogada possa, enquanto presta atendimento ao seu cliente ali, ter um local reservado para ficar aguardando a entrevista reservada com seu cliente. Então, esses são apenas alguns dos resultados efetivos que eu venho trazer aqui para vocês.

E por último, eu não sei se já é do conhecimento de todos aqui, mas na última Sessão nós aprovamos a Lei de Proteção Integral à Mulher, também de minha autoria, para que agora a mulher, as DEAMs (Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher) tenham atendimento durante 24 horas. Durante 24 horas. Está aprovado. Eu tenho certeza que o Governador Coronel Marcos Rocha irá sancionar essa lei. Sei dele, que é um homem honesto, trabalhador, com valores cristãos. Acredito que ele vai sancionar.

E não é só esse atendimento 24 horas. Porque eu digo para vocês que eu investiguei durante dois anos crimes contra a mulher. Eu falo aqui com propriedade, me permitam falar para vocês. Precisa, sim, do intérprete de Libras. Às vezes chegava lá a mulher, não tinha. Tinha que sair correndo atrás de alguém para conseguir uma intérprete de Libras. Está na lei, agora o Estado vai ter que proporcionar lá um intérprete de Libras para ouvir a mulher surda e muda.

É preciso também que tenha uma assistente social. Às vezes, a mulher não tem condições e está sofrendo essa violência, se submetendo a isso porque o marido é o provedor da casa. Porque ela optou — legitimamente e de forma maravilhosa — em criar os seus filhos. Aí depende dos filhos. Então, precisa da assistente social. Está na lei também. Psicóloga, está na lei também. Foi

aprovada. Acho que é uma grande conquista de todas vocês essa Lei de Proteção Integral, o atendimento à mulher com psicólogo, assistente social e Libras.

E, por fim, eu gostaria de mandar um recado aqui, porque eu sei da Casa Noeli dos Santos, uma casa lá de Ariquemes. Uma casa, na verdade, vinculada à Igreja Presbiteriana, que faz o acolhimento dessas mulheres. A Doutora Tâmera conhece bem, quem já trabalhou em Ariquemes aqui conhece bem o serviço excepcional que eles fazem. Eles acolhem a mulher vítima e ainda os seus filhos, encaminham para o mercado de trabalho. E não tem nenhum recurso do Estado que ajude eles a fazer esse trabalho. Então, eu já apresentei — já foi protocolado aqui nesta Casa — para reconhecer a Casa Noeli dos Santos como de interesse público. Que, a partir desse momento, quando ela for reconhecida, aí sim nós podemos destinar verbas de emendas parlamentares.

Então, o meu compromisso, onde sempre passei, é dar o melhor de mim. Não é à toa que recentemente fui eleito um dos melhores delegados do Brasil, fruto de um trabalho e de uma equipe que me apoia. E aqui nesta Casa não esperem nada diferente de mim do que o total empenho. Não apenas em razão da defesa da mulher, mas também da criança. Sou pai de quatro filhos, sei o que significa o estupro de um vulnerável. Já passei coisas que vocês nem imaginam. Mas estou aqui para fazer uma coisa: servir. A minha função é servir.

Que a paz de Cristo esteja em todo o coração de todos vocês. E que, acima de tudo, não permaneçam com ódio no coração que isso não faz bem para ninguém. Muito obrigado.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Agradecer as considerações, contribuições do meu colega Deputado Delegado Camargo.

Neste momento, vamos dar início às palestras.

O SR. EDVALDO SOARES – (Mestre de Cerimônias) – Queremos, antes de chamar a primeira palestrante, agradecer a presença da Doutora Ana Paula Lima Soares, Conselheira Municipal, representante da OAB.

Convido a primeira palestrante de hoje, a Senhora Sandreia Costa, Licenciada em Letras, Educadora Social e Coordenadora da UBM - União Brasileira de Mulheres, e Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/Rondônia.

O SRA. SANDREIA SILVA COSTA - Boa tarde de novo. Que coisa linda, que momento bonito de a gente estar aqui, tão diversas. Eu queria pedir licença para registrar a presença da Vereadora Sol de Verão, lá de Jarú. Essa vereadora que foi Presidente do Conselho Municipal de Jarú e virou vereadora. Olha só, o nosso trabalho dando frutos, Marli.

Vai passar ali o slide, o dossiê da violência. Eu quero dizer que, para alguns, ele não é novo. Ele é um trabalho que nós, conjuntamente com a Emater (Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Estado de Rondônia) e o Ministério da Mulher, nós tínhamos um recurso do Conselho para fazer uma capacitação na Comissão de Implementação dos Conselhos Municipais, que era coordenada pela Marli Mendonça, da OAB, e a Rosa Negra, do Sintero. Elas eram as Conselheiras que tocavam a Comissão de Implementação dos Conselhos.

E essas mulheres — por isso que eu digo, tudo tem a ver com o legado que é construído — faziam as capacitações municipais, as reuniões descentralizadas do Conselho Estadual nos municípios. Daí nós assumimos a Presidência do Conselho, tinha esse recurso, e nós resolvemos mudar a metodologia. Foi aprovado pelo Ministério da Mulher e nós conseguimos visitar 27 municípios. Porque nós tínhamos, lá na rede, a Benedita, que toda vez que a gente se reunia dizia: “gente, se a gente não interiorizar a política, a gente não vai avançar”. E aí, nós fizemos esse dever de casa. Interiorizamos o Conselho.

Então é importante iniciar dizendo que, nesse momento, nós tínhamos ativos 6 Conselhos Municipais dos Direitos Mulher. Por que é importante ter Conselho? Porque o Conselho Municipal é o primeiro organismo que se organiza no município para que a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres chegue. Nós discutimos essa questão da implementação dos Conselhos, que é importante, mas tem algo mais, gente. Nós precisamos colocar — e eu acho que a Deputada Ieda absorveu isso muito bem na fala dela — que nós precisamos falar das políticas para as mulheres, e que nós precisamos falar para além da violência.

E eu acho que nós estamos conseguindo discutir isso porque nós trazemos aqui a discussão de todos os eixos: enfrentamento à violência, sim, mas também falar do empoderamento, da participação das mulheres nos espaços de poder, falar também da inserção da mulher no mercado de trabalho, falar também da educação, que é fundamental. Porque se nós não tivermos mulheres nas escolas, meninas nas escolas, nós teremos um futuro de mulheres em subemprego. Nós ainda somos maioria nos empregos informais, subempregos.

Então, é preciso que a gente dialogue sobre isso também, e aí as políticas vão sendo interiorizadas e discutidas nessa questão, de toda a versatilidade que tem. Por isso que a gente sempre diz: “olha, a política para a mulher é tão ampla que ela dialoga com todos os segmentos da sociedade”. Vejam, hoje o Conselho Estadual tem o assento — Laura, se eu esquecer algum, me ajuda — da Secretaria Estadual de Saúde, da Secretaria de Segurança, da Secretaria de Educação, da Secretaria de Agricultura, da Emater e das Organizações da Sociedade Civil. Eu acho que eu não esqueci nenhum não, Marli? E a Seas (Secretaria do Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social), que é a Secretaria que ampara todas essas políticas.

Então, foi necessário que a gente dialogasse com a sociedade. E nós fomos fazer essa capacitação in loco. Nós íamos, articulávamos reuniões com os vereadores — por isso, que essas vereadoras do interior

são tão maravilhosas, que nos receberam lá —, e nós articulávamos com os vereadores; articulamos com os prefeitos; articulamos com a sociedade civil. A gente levava a ementa, fazia uma capacitação, explicava o que era a política da mulher como um todo e com a sua versatilidade, e colocávamos para os vereadores o desafio de eles aprovarem. E aí eu quero um aplauso bem bonito para o Parlamento Municipal, porque nós saímos de 6 para 27 Conselhos, em 27 municípios.

Então, isso é uma grande vitória. Em dois anos, a gente enfrentou uma pandemia, mas a gente conseguiu discutir em 27 municípios. Ir lá no município e falar para o prefeito: “Prefeito, nós temos que discutir o orçamento e a mulher estar inserida; nós temos que discutir a educação e a mulher estar inserida”, e por aí vai. Eu acho que... “Eu acho” não, eu tenho absoluta certeza que foi um grande avanço.

Dentro dessa discussão, nós fizemos na Comissão de Enfrentamento à Violência, que era coordenada pela Adriana... Será que eu vou lembrar? Adriana, Marli e Laura, Acho que era. A Adriana da Seas, que está ali. E nós fizemos um chamamento acerca da discussão do tema “violência”. Nós fizemos uma reunião, que seria presencial. Entrou a pandemia, nós fizemos em videoconferência com os 7 delegados e delegadas para a gente saber como é que estava a questão da infraestrutura das delegacias. E aí nós já começamos a pegar um choque, porque a gente já tinha todo o debate aqui em Porto Velho acerca da necessidade de tirar a delegacia dali daquele prédio, que estava caindo, que estava infiltrado, que estava ruim, que estava sem estrutura. E aí nós descobrimos que precisávamos, nessas visitas, falar sobre violência, que não tinha como fugir desse debate, porque é o que mais nos afeta, é o que nos afeta imediatamente. No horário de almoço dessas visitas que nós fazíamos ao Parlamento, ao Executivo e à sociedade civil, nós começamos a visitar as delegacias.

Pode passar a primeira parte do slide.

E nós visitamos todas as Delegacias da Mulher e, quando não tinha delegacia, nós visitávamos ou o Comando da Polícia Militar, ou a Delegacia da Polícia Civil, ou as Unisps (Unidades Integradas de Segurança Pública). Nós visitávamos todas para fazer esse diálogo e dele nasceu esse documento que eu vou entregar mais uma vez, formalmente, aqui hoje, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Deputada — aqui à Assembleia Legislativa —, porque ele é importante, porque ele descortina a situação em que vivem as mulheres no Estado de Rondônia. Quando nós discutíamos aqui a questão de interiorizar a política, nós não sabíamos que precisava tanto.

Então, vamos lá.

Começo essa questão com “O que é a violência contra as mulheres”, é a introdução. Esse documento, que tem 16 páginas, vai ser entregue, mas eu coloquei ali um compilado, com a ajuda da Laura ontem. E aí nós falamos “A violência de gênero é um problema mundial ligado ao poder, privilégios e controle masculino. Atinge

as mulheres independentemente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual e/ou condição social. O efeito é, sobretudo, social, pois afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e desenvolvimento pessoal, autoestima e muitas vezes a vida das mulheres.”. O Doutor Héverton introduziu isso para a gente de forma muito importante.

Aqui são os “Tipos de violência”, que são previstos na Lei Maria da Penha, que é a 11.340/2006: “Estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei Maria da Penha: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial”.

Pode passar o slide, por favor.

Em 2020, também foi aprovada a violência de gênero, que é um outro tipo de violência.

Pode passar, por favor.

“Rondônia”. A Doutora Flávia falou hoje aqui já, “Rondônia é o segundo Estado do país com maior índice de feminicídios”. As taxas estão aí, é alarmante. Nós só perdemos para o Estado do Mato Grosso, nosso vizinho. Está aí a amostragem, esse dado é do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

“Brasil: uma mulher morta a cada 6 horas”. Então, pessoal bom de matemática aí, da hora do almoço já tem 6 horas para cá? Então, vamos lá, de 9 horas da manhã até aqui uma mulher foi vítima de feminicídio no Brasil. “O Brasil teve um aumento de 5% nos casos de feminicídio em 2022 em comparação com 2021, aponta levantamento oficial feito pelo g1 com base nos dados oficiais dos 26 Estados e do Distrito Federal. São 1,4 mil mulheres mortas apenas pelo fato de serem mulheres — uma a cada 6 horas. Este número é o maior registrado no país desde que a lei de feminicídio entrou em vigor”. Pode passar o slide.

Esses dados nós recebemos da Secretaria de Segurança Pública. Eles nos deram, inclusive nos dão acesso. A Doutora Amanda estaria aqui hoje para falar com a gente também. Ela está em Brasília encerrando aquela campanha, “Operação Matria”, que foi uma operação de todas as Polícias Cíveis coordenada pelo Ministério da Defesa e da Segurança Pública.

Então, esses são dados do Observatório Estadual de Segurança Pública de Rondônia. Esse observatório nasce também oriundo do recurso do fundo do Conselho, ele nasce da Central de Monitoramentos das Medidas Protetivas — Doutor Héverton, Doutora Tânia, na época —, que foi uma coisa que a gente ficou cobrando muito e nós conseguimos articular esse recurso a partir do Fundo Estadual de Políticas para as Mulheres.

Então está aí, gente. Nós tivemos de janeiro a dezembro de 2022: “ameaça (violência doméstica): 5.670 ocorrências; lesão corporal (violência doméstica): 4.105; injúria (violência doméstica): 552; e calúnia (violência doméstica): 61”. Somando, 10.388 casos de violências registradas. Em 2022.

Para vocês verem, em azul no gráfico, “ameaça”, 54,6%; “lesão corporal”, quase 40%; “injúria”, 5,3%. Olha só os números que nós temos no Estado de Rondônia. Esse é um número do Estado.

Pode passar, por favor.

“DADOS DAS MPU DE 2021 A 2022:

Quantidade de medidas protetivas solicitadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021: 5.946”.

Esse eu quero um aplauso, porque é bonito de ver. Palmas, gente, porque isso é um trabalho lindo. Isso quer dizer que essas mulheres foram atendidas pelo Estado brasileiro, pelo Estado de Rondônia.

E eu quero fazer uma ressalva aqui — me permita, Deputada —, elogiar o trabalho da Polícia Civil do Estado de Rondônia e da Polícia Militar. Depois que a gente foi ver a realidade deles, a gente entendeu que essas pessoas realmente fazem muito. Porque o Estado deveria dar mais poder para que eles fizessem. E eles fazem com quase nada, gente. Porque vocês vão ver nos slides seguintes: são estruturas ruins, ultrapassadas, quando há.

“Quantidade de medidas protetivas solicitadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022: 7.432”

2022 ainda foi mais. Palmas também para a Polícia Militar e para a Polícia Civil, para o Ministério Público e para o Tribunal de Justiça. E hoje nós estivemos em uma discussão do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e nós fomos muito elogiados — o nosso Estado — pela rapidez com que as medidas protetivas são... É uma rapidez, que não tem... Tem Estados que passam três dias, tem Estados que passam cinco dias. A gente tem o nosso vizinho, o Estado do Amazonas, que não tem essa rapidez. E isso a gente deve muito ao Doutor Héverton, à Doutora Tânia, ao Tribunal de Justiça, porque eles foram pioneiros em fazer essa discussão de fato. E é importante também destacar a Rede Conselho — que compreende a todas nós — em Porto Velho.

Pode passar o slide.

“Dados de 01/02/2022 a 30/12/2022”. Aqueles lá, o primeiro, era de 2021, esse de 2022. Mas os dados estão aí. Eu acho que pode passar.

“Visitas técnicas às Delegacias”.

Nós fizemos essas visitas, e eu acho que é importante a gente ler um por um, porque nós só fomos em 27 municípios. São 52, faltam quantos? A Doutora Tânia nos cobrou na capacitação. Faltam 25, que ainda é muito. E nós fomos lá para conhecer de fato a realidade. Então, nós fizemos lá, a partir do formulário Frida (Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida), que é o formulário do Ministério da Justiça sobre a questão do atendimento às mulheres em situação de violência. Então, vamos lá.

Município de Guajará-Mirim. Nós fomos no dia 31/08/2021. Qual é a estrutura física? Ele precisa de uma reforma. Eles fizeram um projeto, encaminharam ao Conselho. Nós estamos lá discutindo o fundo, Deputada. Eles têm uma salinha de atendimento humanizado, que foi um projeto que o delegado fez junto com a Major Mendes. Eles fizeram um projeto e o Tribunal de Justiça pagou a sala humanizada, que é bem bonitinha. E aí porque lá também eles atendem Delegacia da Mulher e Delegacia da Criança e do Adolescente. Então, eles têm uma salinha lá, é bem humilde, e aí eles querem uma

reforma.

A delegacia é regional? Não. Nós descobrimos nesse diálogo com as delegadas e delegados que as delegacias — como disse o Deputado Delegado Camargo aqui — realmente não são delegacias regionalizadas. Então, isso é um desafio. Porque a gente dizia que, do Estado, nós temos delegacias regionalizadas, mas essas delegacias só funcionavam até às 13:30, ou horário comercial; automaticamente essas mulheres ficavam descobertas nesse sentido. E aí aprofundou mais o problema, porque a gente sabe que ela não é regionalizada. É uma delegacia que atende cada município, não atende a região. Não porque não queira, mas porque não tem condição. “Tem Casa Abrigo? Não”. E o Protocolo Frida também eles não tinham, mas a gente deixou lá para eles replicarem.

Nova Mamoré. Totalmente deficitária a situação. Lá eles não têm Casa Abrigo, não têm Maria da Penha. Se for muito grave, a polícia põe no carro e leva para Guajará-Mirim. Mas isso quando é flagrante. Se não for flagrante, não é levada. Ou seja, aquilo que a Doutora Flávia e o Doutor Héverton disseram, que é a subnotificação. Imaginem: se lá não tem delegacia, lá não tem registro de atendimentos. Então como que faz? Lá não tem violência? É isso, fica na nuvem. Vamos pensar. Fica na nuvem. Nova Mamoré.

Mirante da Serra. Nós temos lá uma delegacia decadente que precisa de reforma — e decadente mesmo. A situação é bem triste. “Atendimento humanizado: não”. Lá é um dos municípios que tem dois agentes. Dois agentes, que servem para tudo, para escrevão, para... A gente ia chegando e ia vendo o desespero: “vocês vão ajudar a gente?”, eles perguntavam. Lá não tem delegado e são atendidos pelo delegado de Ouro Preto do Oeste. A Patrulha Maria da Penha atende lá. Lá também não tem Casa Abrigo e também não cumpre o Protocolo Frida (Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida), Doutora Tânia.

Pode passar o slide.

Em Nova União tem uma delegacia, falta organizar a estrutura física. Não tem pessoal. Lá tem o atendimento humanizado. Lá não tem delegado, remete as mulheres para Mirante da Serra porque lá não tem delegado. São atendidos pela Patrulha Maria da Penha de Mirante da Serra. Não tem Casa Abrigo e também não tem o Protocolo Frida.

Ouro Preto do Oeste. Funciona na UNISP (Unidade Integrada de Segurança Pública), é o mesmo caso de Porto Velho. Eles têm a Patrulha Maria da Penha, mas não têm a viatura.

Theobroma. Não tem delegacia. Lá em Theobroma, gente, é muito louco. Essa é a palavra, porque lá funciona tudo no Quartel da Polícia Militar. Então, lá é delegacia, lá é tudo. Tudo o que acontece vai para o Quartel da Polícia Militar. O quartel é pequeno, então ele não tem sala para atender a vítima. Foi nesse que a gente estava lá no atendimento com o delegado, chegou uma mulher toda assustada. “O que foi?” “Não, está tendo um caso de...” A gente ficou olhando para o delegado. Ele falou:

“fica aqui um pouquinho.” Colocaram a mulher na sala e o delegado foi atender o agressor lá na frente da delegacia, que estava vindo no carro da Polícia Militar. Pensem. Nós tivemos essa triste experiência. Lá não tem viatura também, não tem sala humanizada. Lá não tem nada.

Buritis. A delegacia precisa de reforma. Eles têm um quadro deficitário de agentes. O que tinha lá era um senhor idoso e ele não tem condição de atender. Ele já estava até dizendo para a gente assim, “vão embora, porque vocês estão fazendo eu perder meu tempo aqui”. Lá não tem delegado. Falta uma equipe comprometida. Enfim, toda situação lá é bem difícil. Não tem Patrulha Maria da Penha, não tem Casa Abrigo, não tem Protocolo Frida.

Campo Novo de Rondônia. Só a PM. Só tem lá a Polícia Militar.

Monte Negro. Nós só reunimos o Conselho, nós não conseguimos reunir.

Pode passar o slide. Acho que já vai acabar.

Alto Paraíso. Nós vimos que lá tem um atendimento razoável, porque tem uma escritã, que era uma mulher assim — não é, Marli? — extraordinária. Ela aplica o Protocolo Frida. Ela é muito interessada no serviço dela, de servidora.

Cujubim. Lá eles só têm quatro servidores na delegacia, que funciona na UNISP. E o delegado disse que, às vezes, aplica o Protocolo Frida, porque ele fez a nossa capacitação aqui.

Lá em Machadinho D'Oeste, a mesma situação.

Esses foram os municípios que nós visitamos. Você subtrai daqui a situação de onde tem as Delegacias da Mulher, que são Rolim de Moura, Vilhena, Porto Velho, Ariquemes, Cacoal e Ji-Paraná, que são só municípios grandes.

Então, Deputada, caros colegas da Mesa, esse é o nosso desafio. Nós trouxemos para discutir aqui a questão do nosso orçamento, que está contingenciado desde quando veio a pandemia. O recurso foi contingenciado e a gente precisa reverter essa luta da política para a mulher, essa luta das mulheres. Eu quero dizer que nós temos hoje um programa no Governo do Estado que está sendo muito importante, que é o Programa Mulher Protegida, que ele tira essas mulheres de situação de vulnerabilidade. Mas nós precisamos avançar e precisamos avançar muito.

Vou protocolar aqui e deixar aqui o dossiê. E nos colocamos à disposição para dialogar e para avançar muito nessa luta. Eu vejo cinco deputadas como um marco, tanto para nós mulheres de Rondônia, dizia isso para a Deputada Ieda. E nós fomos muito bem recebidas nesta Casa, nesta Legislatura, e a gente está muito feliz. Porque estar aqui dialogando com essa diversidade de segmentos já é uma grande vitória e já é um grande avanço.

Estamos à disposição. Obrigada.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente Deputada Ieda, se me permite só uma Questão de Ordem, uma palavrinha.

Eu convido a Presidente a conhecer a Delegacia Regional de Ariquemes, da qual eu era titular até poucos dias, e o projeto da sala de acolhimento. Eu estou com fotos aqui, infelizmente não vou conseguir passar agora, mas eu vou disponibilizar para vocês. Como eu falei: com banheiro privativo, com trocador, com sofá, com móveis planejados, com espaços para crianças brincarem ali enquanto aguardam o atendimento da mãe, não precisarem ficar no mesmo ambiente, tudo isso...

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA - É, nós estivemos agora em Cujubim — não é, Marli? — Cujubim e Alto Paraíso. Nós fomos convidadas para fazer uma visita ao Conselho, lá em Ariquemes. A gente está aguardando, porque a gente precisa colocar dentro do nosso calendário. Porque a gente, para além de conselheiras, nós temos as outras questões. Como Ariquemes...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Se a senhora precisar do projeto...

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA - Não. A gente recebeu o projeto da Casa Abrigo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não, não, não. Eu estou falando o projeto da sala.

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA - Ah, sim.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Porque ele foi estudado junto com engenheiros e com arquitetos lá, que gentilmente fizeram esse projeto para mim, de forma gratuita. Se quiserem ajuda para replicar nas outras, o projeto está pronto.

E eu fico feliz aqui com a notícia que o doutor acabou de me passar, o Promotor de Justiça. As senhoras estão recebendo aí a cópia do projeto de lei de minha autoria, que foi protocolado, e o próprio doutor falou aqui: “Deputado, o senhor acabou com uma ação civil pública de 12 anos”. Há 12 anos o Ministério Público busca que fosse implementado de forma ininterrupta o atendimento na Delegacia das Mulheres. Há 12 anos. E o projeto está aqui, uma lei resolvida.

Então, parabéns a todos nós. E só esperar a sanção do Governador, porque, segundo o promotor, já pedir daí sim a extinção da ação, porque o Estado vai regulamentar.

Eu vou deixar à disposição, Deputada Ieda, aqui para a senhora as imagens. E vou pedir licença a todas vocês, porque eu fiz questão de vir aqui prestigiar essa solenidade, mas a minha esposa acabou de ser submetida, no dia de ontem, a uma cirurgia. Então ela está em repouso e eu vou voltar para prestar os devidos cuidados a ela. E é por isso que eu irei me retirar. Mas eu permaneço à disposição, está bom?

Que Deus abençoe todos vocês. Tenham uma ótima tarde.

A SRA. MARLI ROSA DE MENDONÇA - Deputada

Ieda, uma Questão de Ordem, já que o deputado vai sair, está tão disponível. Esse retrato aí nós trouxemos do interior, não das regionais. Esse retrato foi feito porque as regionais já tinham o Conselho funcionando. Nós fomos aos municípios onde não tinha conselho, e esse foi um trabalho que fizemos em horário de almoço. Como o deputado está disponível, lá em Ariquemes já tem a sala humanizada, a delegacia estruturada, então eu vou deixar um desafio para o deputado.

O SR. DELEGADO CAMARGO – É comigo. Manda aí.

A SRA. MARLI ROSA DE MENDONÇA – Que o senhor trabalhe a Casa Abrigo de Ariquemes para que ela possa atender toda a região do Vale do Jamari.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Certo. Então, olha só, deixa eu lhe dar uma informação. Obrigado. Mas quem já faz tudo isso de acolhimento, e eu digo com propriedade porque eu trabalho lá faz 12 anos. Há 12 anos, quem acolhe mulher e crianças vítimas de violência é a Casa Noeli. A Casa Noeli, eu protocolei ontem um pedido para transformá-la de interesse público, que é para rapidamente, a curto prazo, o Estado poder auxiliar no acolhimento. Agora, a construção da Casa Abrigo é uma política que demanda um pouco mais.

A SRA. MARLI ROSA DE MENDONÇA – Não é construção, Deputado. Essa política não pode ter uma casa fixa, porque o agressor não pode, não conhece.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Compreendo.

A SRA. MARLI ROSA DE MENDONÇA – Então, o que o Conselho está propondo, junto com a OAB e outras entidades que compõem o Conselho da Mulher, é que haja essa Casa Abrigo. Não precisa ser uma casa construída, mas não pode ser um lugar fixo, que ela atenda todos os municípios da região. Porque o único município que confirmou, da região do Vale do Jamari, que é atendido pela Casa Abrigo de Ariquemes é Alto Paraíso.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Sim. Mas todos são.

A SRA. MARLI ROSA DE MENDONÇA – Nós tivemos um relato do delegado de Cujubim, que às vezes ele passa a noite inteira com a vítima dentro da viatura, procurando onde vai abrigar essa vítima.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Conheço bem, o Delegado Adriano.

A SRA. MARLI ROSA DE MENDONÇA – Então, que o senhor assumisse esse compromisso de liberar recursos para que, nós vamos sentar junto com a Secretária de Segurança e a Secretaria...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Está assumido. Está assumido. E digo mais: neste exato momento, estou destinando R\$ 200 mil reais. Serve? R\$ 200 mil das minhas emendas está comprometido já a todos vocês.

A SRA. MARLI ROSA DE MENDONÇA – Então, pronto, R\$ 200 mil. Anota aí, Presidente da Mesa.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Pode gravar, R\$ 200 mil para o Conselho. Vai amanhã. Vai amanhã. Está assinado. Pode pedir para a minha assessoria aí. Minha assessoria, pode fazer a emenda parlamentar. Amanhã de manhã estarei destinando R\$ 200 mil das minhas emendas então para o abrigo. Está bom? Peço licença a todos vocês. Tenham uma ótima tarde. Fiquem com Deus. Muito obrigado, Deputada.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) – Obrigada, Deputado. E a gente vai registrar aqui os R\$ 200 mil para Ariquemes.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) - A senhora Kelcilene Souza, é membro do bairro Tucumanzal, Mulheres Que Levantam Mulheres. Ela quer fazer uma pergunta. Onde está? Já foi? A senhora Maria Gomes Coutinho, professora da Associação dos Surdos de Porto Velho. Onde está? Está aí. Tem microfone? Está ok.

A SRA. MARIA GOMES COUTINHO (**Procede à comunicação em Libras, traduzida oralmente para a língua portuguesa pela senhora Neide Alexandre do Nascimento**) - Oi. Ela pediu licença que o intérprete Vinícius pudesse estar aqui, agora, porque é o esposo dela e tem mais convivência, e ela gostaria que ele viesse fazer a voz.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) - Já estão chamando, estão chamando já.

A SRA. NEIDE ALEXANDRE DO NASCIMENTO - A mulher que manda.

A SRA. MARIA GOMES COUTINHO (**Procede à comunicação em Libras, traduzida oralmente para a língua portuguesa pelo senhor Vinicius Alan Maçal Mota**) - Desculpa, é que o Vinícius é meu esposo. Então, acho melhor fazer a voz. Boa tarde a todos. Cada um da Mesa que apresentou as palestras. Nós surdos estamos ali, acompanhando ali atrás. Temos três surdos ali atrás e a Adrielle, aqui na frente. Alguns vieram, os outros, infelizmente, não puderam estar presentes, porque estavam trabalhando e as empresas acabaram não deixando eles virem participar. Então, eu sou a Maria, sou surda, esse é meu sinal. Sou formada em Pedagogia, trabalho na área de Libras, sou professora na Associação dos Surdos de Porto Velho,

junto com o professor Danilo, que está ali atrás. E a gente trabalha nesse desenvolvimento dos surdos. Então, acho que é o Coronel da Polícia que falou anteriormente, falou de diversas temáticas sobre a violência sofrida pelas mulheres, não é? E o que que falta, também? Falta também a questão da sensibilidade linguística com as surdas, que também sofrem isso. Elas também são humanas igualmente às ouvintes. Então, é importante também ter essa sensibilidade lá dentro das delegacias. Que já tem a lei de Libras, mas em nenhum local a gente encontra esse atendimento acessível. Até hoje, a gente continua lutando para tentar conseguir isso.

A Deputada Ieda Chaves já conhece bastante, ela tem bastante contato com os surdos. Ela está na frente dessa causa com as associações, dentro da ASPVH (Associação dos Surdos de Porto Velho), APPIS também, que é a Associação dos Intérpretes do Estado de Rondônia. Então, a gente tem bastantes intérpretes fluentes aqui, a gente tem bastantes profissionais. Por exemplo, se a Polícia tiver um atendimento, como que ele faz o atendimento com o surdo se não tem o intérprete lá? Como que ele vai fazer? Ele vai ligar para um intérprete ir lá na hora? Porque não tem acessibilidade no momento. Então, como que ele vai fazer? A gente pede que os políticos, os deputados, apoiem a nossa causa nessa união também. Que nós somos humanos igualmente a todos. As pessoas sofrem muitos preconceitos e nós surdos, também. Nós sofremos muito todos os dias. Então, o principal é o quê? Na área da saúde, por exemplo, que a gente tem uma falta de comunicação. Sempre os intérpretes vão de forma voluntária porque eles são muito solícitos aos amigos surdos, nesse atendimento. Então, o Governo tem que pagar também o profissional, para estar nesses locais, é fundamental isso. Acho que o Professor Danilo quer complementar também com alguma fala.

O SR. DANILO RAMOS DA ROCHA (**Procede à comunicação em Libras, traduzida oralmente para a língua portuguesa pelo senhor Vinicius Alan Maçal Mota**) - Então, eu gostei muito de estar aqui. Boa tarde a todos. Obrigado à Deputada Ieda por ter nos convidado, e à Maria, que fez a fala dela.

Então, hoje nós surdos estamos aqui participando, e estamos vendo cada um dos participantes estão aqui também. Várias pessoas que estão aqui, isso é muito bom. Todos têm problemas, cada um tem muitos problemas, e nós da comunidade surda, também temos um grave, que é a falta de acessibilidade. Principalmente o quê? Na questão da central de Libras, que a gente sempre fala, central de Libras para poder fazer esse atendimento.

E hoje, tem uma empresa. Não sei se foi contrato, como que foi. Teve um contrato com uma empresa de fora e o atendimento vai ser on-line. A pessoa vai ser fluente sim, OK, mas vai ser on-line. Mas, se tiver um acontecimento gravíssimo, que precise do atendimento

presencial, como que vai ser feito? Têm momentos que o atendimento precisa ser presencial.

Então, a gente quer pedir também para que cada um, cada uma das lideranças que estão aqui, que tentem criar aqui uma lei, que nós temos bastantes profissionais aqui na cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia. Têm vários professores surdos, ouvintes que trabalham na área. Então, a gente se sente muito prejudicado aqui no Estado de Rondônia. E a gente quer pedir, por favor, para cada uma das autoridades, das influências que estão aqui, se tiverem alguma dúvida pode me chamar, que a gente explica, esclarece alguma dúvida que possa ter. É muita coisa que a gente tem e a gente pode complementar, se alguém tiver alguma dúvida.

Essa falta de acessibilidade para os surdos é terrível. Vocês acham que funciona? É muito difícil, gente. Então, a gente pode sentar e dialogar. Eu posso dar dicas para as pessoas que tiverem alguma dúvida. E eu acho que é isso a complementação que eu poderia fazer.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – Só me dá licença, eu não sei se... posso até colocar que, no Ministério Público, ele acabou de implantar a acessibilidade. Na capital tem a intérprete e, no interior, esse atendimento está sendo feito on-line, se não me engano, está terminando esse mês. E no Tribunal de Justiça, quando nós fazemos audiências, também tem intérprete. Então, pelo menos aí, realmente a gente está conseguindo dar essa acessibilidade.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) – Parece que o encaminhamento da deputada é para que as perguntas fiquem para o final. É isso, Deputada?

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) – Isso. Nós ainda temos duas palestras, aí nós vamos deixar para, ao final, fazermos as perguntas.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) – OK.

A SRA. ZENI SILVA – Doutora, (**ininteligível**) falou. Porque o que o Danilo colocou foi que nos hospitais esse tipo de atendimento não vai funcionar. Por quê? Porque a central de Libras vai ficar na recepção. O surdo vai chegar na recepção, beleza, vai fazer o cadastro. E no momento que o médico passar a visita, quem vai acompanhar? No momento em que ele mais precisa, que é fazer exames? (**fora do microfone**)

Eu sou trabalhadora da saúde há 20 anos. Eu convivo com esse pessoal e toda vez eles passam por esse transtorno. Então, o que o Danilo colocou é que a nossa preocupação é que essa central de Libras na área da saúde, não vai funcionar, infelizmente. A senhora me desculpe. Nas áreas jurídicas funciona sim, mas na saúde não funciona, gente.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) – Ok. Pessoal, as perguntas vão ficar para o final,

segundo o encaminhamento da Deputada.

Nós vamos convidar a Senhora Flaviana Tertuliana de Barros, que é a próxima oradora, palestrante, assistente social, pós-graduada em psicopedagogia, pioneira na luta da causa da pessoa com deficiência e no trabalho com mães atípicas; idealizadora do movimento Mães Coragem Indesistíveis e mãe atípica.

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS – Boa tarde a todas. Quero agradecer à Deputada Ieda pelo convite, que já tem conhecimento da nossa causa, já participou de alguns momentos sobre esse tema. E eu vim aqui só fazer uma contribuição sobre essas mulheres, que muita gente ainda não tem conhecimento.

Antes de tudo, eu sou mãe, mãe de duas pessoas com deficiência. E é assustador a gente saber que o Brasil é o 4º lugar, 4º país que a gente consegue colocar nossas filhas em maior perigo. E o nosso Estado de Rondônia está com esse índice também. A Maria Clara é uma criança... Criança não, é uma adulta, mulher, 20 anos. Tem múltiplas deficiências: ela tem síndrome de Down, uma deficiência intelectual profunda. E esse tema muito assusta as mães de meninas com deficiência, porque também elas estão colocadas nessa vulnerabilidade, principalmente, no caso de elas serem abusadas de qualquer forma de violência, elas não sabem nos falar exatamente quem foi, onde e quando.

E, muitas vezes, quando essas meninas são violentadas, a gente descobre porque nós somos as cuidadoras delas. Nós sabemos se está machucada ou não. Então, é daí que a gente consegue perceber que tem algo errado. Deixar uma menina na escola é difícil, uma menina com deficiência é muito mais. Mas aqui eu vou tentar passar um pouco sobre essas mulheres que são mães de pessoas com deficiência, conhecidas como "mães atípicas".

O movimento Mães Coragem é composto de mulheres que têm filhos e filhas com deficiência. Pode ir passando o slide, que só vou contribuir um pouco porque esse tema é bem extenso.

O movimento Mães Coragem, em primeiro lugar, não foi idealizado para ser um grupo de mulheres, e sim ser um grupo de mães que lutem pelos direitos dos seus filhos. Porém, entre as nossas reuniões, eu comecei a perceber que essas mulheres tinham a falta de respeito e do autocuidado consigo mesmas. Elas não se consideravam mulheres, mas apenas mães.

Então, o nosso trabalho se iniciou com essas mulheres principalmente no direito de elas serem mulheres. A gente começou a fazer um trabalho para que fosse resgatada essa identidade feminina que, para mim também, é uma das violências que a gente comete com o nosso próprio ser, que deveria ser respeitado, e muitas vezes a gente esquece disso.

Pode passar o slide.

E quando a gente se depara com mulheres que já sofrem com essa falta de autocuidado, elas não têm autoestima, elas não se sentem parte desse contexto. Eu não estou aqui falando que as mães de pessoas com

deficiências estão livres de todos os outros problemas, que nós, mulheres sem essa maternidade, não sofrem. Pelo contrário. Elas sofrem tudo isso que foi aqui falado e com mais uma — vamos dizer assim — sobrecarga maior, que é ter um filho que depende dela 100% e que, a maioria das vezes, eles não vão andar, falar e nem ter essa independência. E isso elas, sem ter esse apoio que deveriam receber, elas se prendem como única salvadora dessa criança, que também é um tipo de violência que elas sofrem e que elas fazem com elas mesmas.

Pode passar o slide.

Quando a gente começa a perceber — eu posso falar isso como mãe e como mulher — que nós podemos alcançar os nossos espaços, lógico que tendo na sua família uma rede de apoio. Eu entrei em uma faculdade aos 42 anos. Então, foi o tempo que eu consegui abrir essa oportunidade para mim, abrindo mão daquela supermulher, supermãe que toda a sociedade fala, que somos guerreiras, heroínas e, na verdade, não somos. Somos mulheres sobrecarregadas que estamos perdidas, sem saber para onde ir e deixando de lado os nossos sonhos profissionais, pessoais e até uma vida social para que a gente consiga manter a dignidade e os direitos dos nossos filhos e a saúde deles.

Pode passar o slide.

A gente percebe que a mulher, quando ela quer estar em um local como casas noturnas, ela sofre violências e já existe um aparato para isso. Nós que somos mulheres, mães de pessoas com deficiência, temos os olhares de uma sociedade hipócrita que acha que, por sermos mulheres e termos um filho com deficiência, a gente não pode ir para um barzinho, a gente não pode estar em grupos com amigas, tomar um café, usar uma roupa curta. Eles começam a nos condenar por algo que deveria ser o contrário.

Quando uma mãe se propõe a sair de casa para ir a um barzinho ou ir a uma casa noturna, ou se dá o direito de colocar suas emoções como qualquer outra mulher, isso é um avanço. Porque, na verdade, elas têm, na sua vida, que aquele filho nasceu e ele é a única fonte de vida dela. E é um trabalho muito sofrido a gente abrir mão de uma vida para estar dedicada, não porque o nosso filho tem deficiência, mas sim porque a gente percebe que os direitos deles são negados e a gente não consegue políticas públicas que amparem os nossos filhos para que a gente assim também possa viver.

É necessário que essas mulheres sejam percebidas como mulheres, não como salvadoras de um único filho, jogadas à margem de todas as vulnerabilidades sociais. Elas também sofrem violência como toda mulher. Ela também está escravizada a algumas relações, porque elas acham que não podem deixar um casamento sofrido, porque "onde ela vai trabalhar e deixar essa criança?"

Então, é mais um quesito que a deixa paralisada nessa vida que muitas conhecem. E é necessário também que todos tenham conhecimento de que nós, aqui de Rondônia, somos o primeiro Estado brasileiro a ter uma lei que defende a mãe atípica. Só que, em

contrapartida, a gente não tem nenhuma ação, nenhuma política, Deputada, como a senhora já conhece, porque a Deputada Ieda participou de uma live — que essa lei já vai completar quatro anos —, onde ela participou ouvindo as nossas necessidades.

Existe uma lei, e é uma lei simples. Ela pede simplesmente que essas mulheres tenham uma rede de apoio. Nós não temos estatística, porque não somos vistas dentro da sociedade, mas existe um grande número de mulheres que são mães de pessoas com deficiência, com doenças psicossomáticas como ansiedade, depressão, síndrome do pânico, pensamentos suicidas, e muitas mulheres que já se suicidaram, e ainda algumas mulheres que tiraram a vida dos seus filhos por conta dessa sobrecarga, por conta dessa falta dessa rede de apoio.

Porque nós temos sim uma maternidade solitária e que o índice de mulheres doentes, acometidas por esse tipo de enfermidade é grande. Só que as mulheres que se suicidam, que são mães de pessoas com deficiência, elas não estão na estatística específica para elas. Elas estão em uma estatística comum. E aí a gente não consegue perceber a necessidade de políticas públicas voltadas para essas mulheres.

Outra questão é a falta de oportunidade. Essa mulher deseja sim, ela tem capacidade, ela tem potencial para construir a sua vida profissional e ela ter uma carreira profissional. O problema é o impedimento que faz com que ela seja a única pessoa responsável por essa criança. E a gente sabe que tudo é difícil, mas a educação e a saúde para pessoas com deficiência são bem precárias no nosso Estado.

Então, a necessidade de existir é gritante. Essa semana — a gente faz o acompanhamento de todas as mães —, eu recebi um recadinho no WhatsApp. Ela estava passando por uma necessidade de alimentação, onde a gente também faz essa ajuda, lógico que não é o correto, porém a gente sabe da necessidade de cada uma. E ela concluiu o pedido dela me escrevendo isso: “Já pedi tanto a Deus, tanto a morte. Para viver uma vida desgraçada dessa, é melhor morrer logo, e com o filho que me empata a fazer tudo”.

E a gente pode até pensar que ela está exagerando, mas é tão grave o que ela me escreveu. Por ser quase vinte anos acompanhando essas mulheres, eu já ouvi alguns milhares de mulheres por essa situação e sei onde isso vai acabar se ela não receber uma rede de apoio, uma intervenção correta de profissionais para que ela saia desse quadro.

A necessidade de um apoio em todos os ambientes é necessária, por quê? A mãe de pessoas com deficiência, muitas vezes, não consegue fazer um simples preventivo. Ela não consegue ir ao dentista; ela não consegue fazer uma mamografia; fazer esses simples exames que muitas mulheres, às vezes, esquecem de fazer pela vida corrida, ela esquece porque não tem com quem deixar seu filho. Então, dentro do grupo também temos aquelas mulheres que descobriram o câncer de mama já bem avançado, por simplesmente não ter a rede

de apoio necessária nos ambientes públicos de saúde, como deveria ser.

A minha fala aqui não é para vitimizar essas mulheres, é para dizer que elas precisam de apoio sim, elas precisam ser vistas e elas necessitam urgentemente que a lei, a Lei da Semana da Mãe Atípica, seja trabalhada tanto nos municípios como no nosso Estado todo. Porque, por meio dessa lei, por atitudes simples, a gente vai conseguir retratar outra situação e ver essas mulheres em lugares de direito, que pertence também a elas.

Essa é a minha fala, eu só estou aqui para contribuir. Se a gente fosse falar de todas as questões que envolvem a mãe-mulher, a gente passaria horas falando.

Então, tudo o que fazemos para nos encontrar nós precisamos também de um apoio externo. Nós somos o retrato de todas as mulheres que passamos na nossa vida, porque toda alma feminina é coletiva. A gente precisou de várias mulheres no nosso sistema familiar para que todas nós estivéssemos aqui, falando por mulheres, porque sem essas mulheres de lutas na nossa vida, na nossa genética, a gente não teria essa força de resistência, de lutar por algo que já deveria ter sido alcançado. Muito obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias)

– Vamos passar agora para a terceira palestra, e última. Ela é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, especialista em Direito Penal e Processo Penal e em Prevenção de Repressão à Corrupção; cursando Mestrado, na UNIR, em Direitos Humanos e Acesso à Justiça; Promotora de Justiça desde abril de 2004; Presidente da Associação do Ministério Público de Rondônia, a AMPRO. No período de 2013 a 2015, Promotora de Justiça nas comarcas de Alta Floresta d’Oeste, Santa Luzia, Nova Brasilândia, Presidente Médici, Colorado do Oeste, Porto Velho, onde atuou nas curadorias do urbanismo, meio ambiente, saúde e atualmente é titular da 36ª Promotoria de Justiça da Capital, com atribuição nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Curadoria de Combate à Violência Doméstica e Familiar; membro da Comissão de Equidade e Gênero do Ministério Público de Rondônia, Doutora Flávia Barbosa Shimizu.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – Novamente, boa tarde. Eu queria pedir só para colocar os slides que eu mandei. Mas eu queria falar brevemente, a Flaviana, que me antecedeu, eu acho que ela realmente conseguiu aqui, em exemplo, dizer o que é uma vulnerabilidade, nos explicar o que é vulnerabilidade. Pode até passar o slide.

(Apresentação de slides)

“Vulnerabilidade humana é a propensão de desgastar as conquistas de desenvolvimento humano e sua sustentação.”

Então, é isso o que está falando. E quando a gente fala em vulnerabilidade, a gente fala em situação de risco, a

gente fala em situação de perda, de perda de direitos, de garantias. Eu fiquei muito tocada, realmente, com a sua fala, porque vê pelo olhar do outro. E a gente fala muito disso. Eu ouvi aqui hoje o mi-mi-mi. O mi-mi-mi é a dor que não dói na gente. Então, aquele julgamento, quando você fala do julgamento das pessoas, então é isso. Quando a gente fala em vulnerabilidade, a gente fala nessa soma de fatores, fatores sociais, fatores econômicos, fatores regionais, ambientais, de saúde, de direitos, que podem deteriorar a condição, piorar essas garantias das pessoas.

Pode passar o slide, por favor.

Aqui, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) já definiu alguns grupos de hipervulneráveis: indígenas; crianças e adolescentes; idosos; pessoas com deficiência; e mulheres em situação de violência doméstica. Então, é importante ressaltar que nós, quando a gente fala em violência doméstica, a gente está tratando de mulheres hipervulneráveis. Elas não precisam de nenhum outro fator. Elas já estão hipervulneráveis. E aí, quando fala em hipervulnerabilidade, o Estado brasileiro criou, em 2006, a Lei Maria da Penha para tentar minimizar essa situação.

Pode passar o slide, por favor.

E que é justamente isso. A Lei Maria da Penha é uma lei muito avançada, no mundo. É considerada avançada no mundo. E ela é uma lei de discriminação positiva da mulher. Ela é símbolo de luta das mulheres, mas ela é uma lei que diferencia mesmo. Quando isso se discute, e a gente ouve isso, eu e minhas colegas que trabalhamos na violência doméstica, a gente ouve isso quase todo dia. Mas a lei não é igual, a gente não é ouvido aqui igualmente, os homens reclamam muito, os agressores reclamam muito disso, mas a lei não é para ser igual mesmo. A lei é uma discriminação positiva. Então a gente tem que simplesmente ter esse olhar de discriminação positiva.

Por que ela é uma discriminação? Para dar uma equidade para a mulher, à vida da mulher. E Flaviana falou muito bem aqui de resistência. A gente nasce lutando. A mulher tem uma resiliência muito grande, porque a vida toda dela é luta. E dentro desse parâmetro: a de algumas é muito mais difícil do que a de outras. Então, essa lei tenta minimizar ou dar alguma ferramenta instrumental jurídico para minimizar essa diferença.

Pode passar o slide, por gentileza.

E aí, a gente fala do "Conceito de mulher para aplicação da Lei Maria da Penha". E eu acho importante a gente ressaltar isso, que não é um critério biológico para usar essa lei. O critério é de gênero feminino. Então, a lei abrange, sim, "todos os indivíduos que se identificam como mulheres, independente do sexo do nascimento; orientação sexual ou identidade de gênero, assim inclui lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros de identidade feminina, que mantêm relação íntima de afeto em ambiente familiar ou de convívio".

Então, para a Lei Maria da Penha, não importa o sexo biológico. O que importa é a identidade de gênero. E isso está colocado até no STJ. O STJ já decidiu também, que

é essa... aliás essa decisão é para dizer que as medidas protetivas se aplicam às mulheres trans.

Então, essa situação, quando eu disse, na minha fala de abertura que as mulheres trans tinham que caber aqui também, as mulheres travestis estavam aqui representadas, é porque a própria lei lhe dá essa proteção.

Então, nós que somos operadores do Direito e nós, que estamos todos sob a mesma lei, nós precisamos respeitá-la. Então, não cabem aqui os julgamentos, do que eu acho ou do que eu considero, ou do que você considera como mulher. O que cabe aqui é o que a lei diz: que a mulher, para fim da proteção da Maria da Penha, inclui travestis, transexuais, mulheres trans. E a gente precisa entender porque também que está... O Brasil é o país com mais mortes de pessoas trans e travestis no mundo, pelo 14º ano consecutivo. Isso é muito triste. Aí quando a gente fala em exclusão, a gente tem que pensar em vulnerabilidade, é uma vulnerabilidade muito maior - ser mulher já é uma vulnerabilidade; ser mulher vítima de violência é outra vulnerabilidade; ser mulher preta é outra vulnerabilidade; e ser mulher trans ou travesti neste país é um risco muito maior. Então, nós temos que pensar nessa proteção, nessa discriminação positiva.

Pode passar o slide, por favor?

E aqui, é importante, eu acho bem importante, isso foi quando julgou a constitucionalidade da Lei Maria da Penha, porque obviamente, foram contestar que era uma lei que desigualava homens e mulheres, que não tinha razão de ser, e ela fala isso: "A igualdade é tratar com desigualdade aqueles que se desiguam e que, no nosso caso, (das mulheres), não é que nós nos desigualamos, fomos desiguadas por condições sociais e de estruturas de poder, que nos massacraram séculos a fio".

Então, nós não precisamos de proteção ou de maior cuidado porque a gente é frágil, ou porque a gente não consegue. É porque, por séculos a fio, a gente vem sendo massacrada. Então, nesse contexto, precisamos sim de instrumentos e ferramentas que nos dê essa discriminação positiva.

E aqui, eu passo a apresentar para vocês, os números, que são os números mais atualizados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostra essas questões da violência contra a mulher no Brasil. E aí, todas aquelas questões que foram colocadas aqui: do feminicídio; do número de violência, da epidemia de violência ao longo da vida; de 65% das vítimas de feminicídios serem mulheres negras. Então, todas essas... Pode passar o slide.

Então, esses gráficos mostram para nós o quanto são necessários ainda instrumentos e políticas públicas com relação à defesa das mulheres. E é muito chocante. 50.962 mulheres sofreram violência diariamente, em 2022, o equivalente a um estádio lotado. Doutor Héverton, mais de uma bomba, todos os dias no Brasil, não de mortes, mas de violência, de todo tipo de violência. É muito chocante.

E um outro dado que deve nos chocar é onde a mulher é mais vulnerável, onde ela é mais agredida: 53,8%, em casa. Para os homens, o lar é um lugar de aconchego, é um lugar de segurança, é um lugar de proteção. Para a mulher, é o lugar mais perigoso. Nós não temos sequer o direito de termos um lar que nos dê proteção. 53% de onde a mulher sofre violência é dentro de dentro de casa. Os homens estão no trânsito, num bar, nos clubes, é lá que eles sofrem violência, eles morrem mais, mas fora de casa, em outras circunstâncias. A mulher não, a mulher sofre a violência, ela é vítima da violência, em casa.

Então, eu acho esse dado muito, muito chocante, porque me parece que todo ser humano tem direito de ter proteção, se sentir protegido dentro da sua própria casa. As mulheres não, as mulheres realmente... o lar delas é um lugar muito perigoso.

Pode passar o slide, que tem um dado também que é muito impressionante, me impressiona muito, que é esse... O Doutor Héverton falava do que não é sequer notificado. Essa pesquisa mostra que 45% das mulheres que sofreram violência não fizeram nada. E aí, 17% procuraram ajuda da família; 15%, dos amigos; 14%, aí começa a proteção. A partir de 14%, começa a procurar a rede de atendimento.

Então, nós estamos falhando miseravelmente. Porque se "45% não fazem nada, 17,3% procuram a família e 15% procuram amigos, pessoas de seu relacionamento, 78% não acionam nenhum serviço de atendimento". Então, nós não estamos falhando só como Estado, nós não estamos falhando só como rede de atendimento. Nós estamos falhando como sociedade, nós estamos falhando como família, nós estamos falhando como amigos, nós estamos falhando miseravelmente em todos os pontos.

Nós temos 78% de mulheres que não procuram nenhuma ajuda dentro da rede e também estão sofrendo violência. O que isso nos mostra? Que, óbvio, precisamos fortalecer toda a rede, precisamos estruturar isso, mas, independentemente de tudo, precisamos mudar a cultura. Precisamos, cada um de nós, sermos um protetor, uma protetora de mulheres. Não "cada uma", mulher; "cada um", homens e mulheres. Eu preciso que cada homem seja um protetor de uma mulher. Eu preciso que cada mulher leve, multiplique, a mensagem de proteção. Eu preciso mudar essa cultura. Eu preciso, como mãe, criar um filho não só que não violente a sua companheira, namorada, esposa. Eu preciso criar um filho, a Deputada Ieda criar um neto, ajudar a criar um neto, que seja um antimachista, que trabalhe em favor, em prol dessa luta. Não basta ele não praticar a violência — já ajuda muito —, mas ele tem que se engajar nessa luta. É muito maior do que simplesmente não fazer. Ele precisa ter um ativismo, uma atitude positiva com relação a isso.

Então, essa falha nos cabe, a cada um — como sociedade, como amigo, como família — essa é nossa. Óbvio, nós vamos atrás de melhorar toda a rede, de aprimorar o atendimento, de capacitar, mas nós precisamos nos capacitar como pessoas, nós precisamos ter consciência

onde a gente está e fazer a diferença.

Pode passar o slide, por favor?

Esses números de feminicídio. E eu rendo minhas homenagens para a Doutora Tâmera Marin, Doutora Lisandra Santos, que são as Promotoras que, aqui em Porto Velho, trabalham no feminicídio. E a gente sente essa dor que elas sentem, ao entrar no plenário para defender vidas femininas. Então, as minhas homenagens a todos os outros promotores. Mas isso é inadmissível. É inadmissível que Rondônia seja o segundo Estado do país em número de feminicídios. Não podemos conviver com esse número. É algo que precisa ser mudado. Esse dado é de 2021 — eles não acabaram de compilar os dados de 2022 — e mostra estupro de vulnerável. É uma violência horrenda neste Estado. É um lugar muito, muito, perigoso para as meninas e mulheres.

Nós não venceremos isso somente com a parte criminal, somente com as ações, somente com a parte policial, não. Nós só venceremos isso com a mudança cultural. Não podemos aqui dizer que existe, em Rondônia, uma igualdade ou que estamos avançados. Não estamos. Se estivéssemos avançados, não seríamos o segundo lugar em feminicídio. Se os homens de Rondônia respeitassem as mulheres, a gente não estaria nesse lugar. Se os homens de Rondônia não objetificassem as mulheres, nós não estaríamos em segundo lugar em estupro de vulnerável.

Qual é a explicação, senão a necessidade de uma transformação cultural aqui? E aí eu acho que esse lugar é muito adequado de falar nisso, uma transformação cultural mesmo, uma transformação que vá para o futuro, que nos tire desse lugar desconfortável e perigoso que nós estamos. Então, muito mais do que a estrutura, muito mais do que a rede, é preciso entender que a gente precisa sair desse lugar, que a gente precisa multiplicar a ideia da defesa da mulher.

Pode passar o slide, por favor?

Aqui os números. A Sandreia já até passou, então eu vou passar. Pode passar, que são os números de Rondônia. Porto Velho é a maior incidência. Tem 30% da população, mas em relação à violência é um pouco mais. E aqui está que "Mulheres são minoria nos homicídios, mas estão mais vulneráveis em casa". Isso é muito, muito impactante. É muito impactante você não poder ter paz na sua casa.

Passa para mim o slide, por favor.

Aí vai falar inclusive da arma de fogo. A arma de fogo, que é um fator de muito, muito maior risco, porque ela é mais letal. A arma de fogo, apesar de também ter arma branca, geralmente o agressor usa o que está a seu alcance, mas quando ele tem arma de fogo, ele usa arma de fogo, e a arma de fogo é muito letal. Então, a letalidade do uso da arma de fogo é grande. A gente precisa também entender essa necessidade, de ter esse cuidado de desarmar esses agressores. É um cuidado que quem milita na violência doméstica, quando lê lá "arma de fogo", a primeira coisa que a gente faz já é pedir para suspender, para busca e apreensão, porque a gente precisa tirar essa arma de fogo.

Pode passar o slide, por favor?

E aqui, a gente entende que fica ainda mais desigual quando o agressor tem uma arma de fogo, porque aumenta ainda o poder. E ele usa isso mesmo, porque a agressão à mulher geralmente envolve uma relação de poder. E quando ele tem uma arma, ele usa e essa utilização de arma vai ser fatal para essa vítima.

Pode passar o slide, por favor.

E aqui, a gente precisa refletir se ainda precisamos, não é? E eu já disse que precisamos. Por que nós precisamos? Porque houve uma construção dessa inferioridade feminina ao longo dos séculos. A Lei Maria da Penha tenta equilibrar uma situação historicamente desigual. A Lei trouxe esse instrumento protetivo para diminuir essa desigualdade e esse abismo que existe entre a situação da mulher e do homem nessa relação.

Pode passar, por favor?

“Como chegamos até aqui?” Era isso. Desde a Grécia antiga, a mulher era propriedade do homem, e, até hoje essa ideia se perpetua da mesma forma. No feminicídio, eu aprendo com as minhas colegas do feminicídio, que elas me ensinam que o feminicídio é o último ato de disposição do homem com uma coisa que ele acha que é sua. Então, se não está servindo para ele, se está irritando, ele pode jogar fora, é legítimo aquilo. O que ele faz na cabeça dele é legítimo. E eu aprendi isso com as minhas colegas do feminicídio, porque quantas vezes a gente fica lá na Promotoria refletindo “meu Deus, por que essa pessoa fez isso assim?”. É algo que atormenta a gente. E, um dia, uma colega foi me explicar que é exatamente por causa disso: porque ele tem aquele outro ser humano, aquela mulher, como uma propriedade. E se é dele, ele pode dispor, inclusive da vida.

Então, esse padrão existe até hoje, ele está presente nos feminicídios. Ele é, muitas vezes, o cenário de fundo desse feminicídio. Então, veja que isso remonta à Grécia antiga, a mulher era uma “coisa” do homem, era um objeto. Então, o que a gente vive hoje é uma construção que vem de muito tempo.

Pode passar o slide, por favor?

Até a Revolução Francesa, elas não eram nem sujeitos de direitos. Então, nós temos quantos anos? 300 anos? É muito recente.

A mulher foi vista como sujeito de direitos há 300 anos. Isso é o quê? Uma areia, um grão de areia num oceano. E como, então, que nós vamos chegar? E eu fico pensando quando eu ouço algumas falas do “medo do homem”, do “medo do avanço das mulheres”, do “medo de tomar o espaço”, a gente não tem nem condição disso. A gente não tem nem condição, ainda, de querer tomar espaço de ninguém. A gente está preocupada em sobreviver, em não ter o corpo violado, em se manter... mal dar conta de alguma coisa. Ninguém está querendo tomar espaço de ninguém, é apenas uma desconstrução dessa construção cultural que nos foi imposta. Então, se foi construído, dá para desconstruir. E é isso que nós estamos tentando.

Agora, é tão absurdo pensar que qualquer

movimento de defesa de mulheres seja para tomar espaço de alguém. Não existe nem cenário para isso. Não existe condição. Eu não sei de onde que se tira, e, às vezes — hoje, a Anne falou do inconsciente coletivo, que se criam essas verdades, justamente para parar essas lutas — se cria no inconsciente que “não, as mulheres estão querendo tomar espaço”. Meu Deus! Nós estamos tentando sobreviver. Nós estamos tentando não ter o corpo violado. Nós estamos tentando, minimamente, não sermos assediadas. Nós estamos tentando ter algum valor no nosso espaço de trabalho. Não tem condição. Nós temos séculos de desvalor, nós temos séculos de inferioridade.

Então, talvez, nós todos, homens e mulheres, enquanto sociedade, precisamos desconstruir inclusive essa percepção, porque essa percepção nos atrapalha muito, nos polariza. Faz parecer para os homens que eles estão ameaçados. E eles não estão ameaçados. Eles estão em um lugar de privilégio, que ainda vai durar muito tempo. Só que o lugar de privilégio deles hoje exige uma responsabilidade conosco também. Esse lugar de privilégio, esses lugares de liderança exigem deles medidas concretas para diminuir essa inferioridade. Eu penso que essa polarização foi criada para enfraquecer realmente essa luta pela igualdade de direitos. Mas não, hoje nós precisamos dos homens, de cada homem, de cada menino, precisamos de todo mundo. Ainda é pouco para o que a gente precisa avançar.

Pode passar o slide, por favor.

E existem algumas coisas ainda que a gente vê no ordenamento jurídico. Como é recente tudo isso. Adultério, que só era da mulher; os crimes sexuais. O termo “mulher honesta” saiu do ordenamento jurídico em 2005. Ninguém nunca viu falando em “homem honesto”, ou seja, a “mulher honesta” seria aquela que não trai. Nunca existiu esse perfil, esse julgamento com relação a um homem no ordenamento jurídico. Isso é de 2005. Foi ontem. A vedação da legítima defesa da honra, foi julgada como vedado em 2021. 2021 foi há dois anos, meu Deus. Até dois anos atrás o Tribunal do Júri podia receber uma tese de defesa que o homem estava defendendo sua honra, por isso ele matou a mulher. Então, isso faz dois anos. É para a gente entender o quanto nós estamos longe e o quanto isso ainda é construído. É óbvio que há avanços, mas 2021 faz dois anos.

Então, isso foi julgado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) há dois anos. A gente não pode admitir que seja naturalizado ou normalizado um homem achar que pode matar uma mulher porque foi traído ou pela conduta que a sua companheira, que a sua esposa teve. Isso é inadmissível.

Pode passar o slide, por favor.

E também, as outras coisas que são muito recentes.

O voto. O voto feminino que é muito recente.

As coisas que existiam, que as mulheres casadas eram consideradas relativamente incapazes. Esse Código vigorou até 2003, o Código Civil. As mulheres deveriam

pedir autorização para trabalhar; para aceitar herança; só poderiam administrar bens se o marido estivesse em lugar remoto, preso ou interditado, ou seja, a mulher e uma criança eram iguais. Uma mulher adulta, casada e uma criança tinham o mesmo poder na sociedade.

Então, vejam que muito recentemente isso ainda era normal. Não é que era normal, era regulamentado no sistema jurídico brasileiro. Então, é só para a gente refletir o quanto é recente qualquer coisa de direito das mulheres. É muito recente e ainda muito incipiente.

Pode passar o slide, por favor.

E aqui outra coisa, o Doutor Héverton falou disso, a população maioria de mulheres, 51,1%. E olha que coisa, não há o que temer. Olha a Câmara dos Deputados, 422 homens cis, 89 mulheres cis, 2 mulheres trans. Aqui, 24 deputados: 5 mulheres, 19 homens. Qual é? Onde nós estamos que uma mulher consegue... O ideal seria que fosse a metade, porque metade da população é de mulher, mais da metade um pouco. Por que aquele gráfico não coincide com os outros? Por que não coincide? Por que existem 422 homens cis, 89 mulheres cis na Câmara dos Deputados, e 2 mulheres trans? E aqui nesta Casa há pouco tempo se falou do medo das mulheres trans tomarem espaço de mulheres cis ou de homens, não sei de quem. Mas, existe alguma lógica nisso?

Existe algum terreno para se pensar nisso? Isso é a coisa mais absurda. Não existe nenhuma lógica. É patente que não existe representatividade feminina suficiente. E por isso que as políticas públicas para mulheres não são tão pensadas. E por isso que a gente precisa mudar a cabeça dos homens.

Deputada Ieda, infelizmente nós não vamos chegar a essa metade tão rapidamente. Infelizmente, não vamos. Nós ainda vamos ver mais homens por muito tempo. Nós precisamos que se sensibilizem, mas não há espaço aqui. Ali dá menos de 18%, aqui dá quase 20%, é muito pouco. É uma representatividade mínima. É mínima essa representatividade. Isso tudo ainda porque existe cota na política, existe a obrigatoriedade, uma "cota" meio fake, porque os próprios partidos esvaziam as campanhas das mulheres.

Então, isso ainda nós vamos ter a maioria da representatividade masculina. Então, não há outra forma senão os homens se integrarem a essa luta. Mas não há nenhum problema também de ameaça ao privilégio dos homens.

Aqui nós estamos vendo. Já existe uma maioria feminina no Brasil. Ela é real. Só que ela não se espelha no resto dos locais de poder. Ela não se espelha no Legislativo; ela não se espelha nos Executivos municipais; ela não se espelha no Executivo federal, nos estaduais; não se espelha nos Legislativos municipais também de 564 mulheres. Então, não há esse lugar, não há essa igualdade, não há equidade. É essa a nossa realidade. Nós vamos precisar continuar nessa luta.

Pode passar o slide.

Então é isso, a seara criminal. Eu sou uma promotora criminal. Eu estou aqui como promotora criminal da

violência doméstica, mas eu sei a minha limitação. Eu sei que não é a solução. Os processos que eu faço e que minhas colegas todas daqui da capital e do interior, não é a solução. O que altera realmente a realidade é a mudança cultural e conscientização da sociedade. E para isso também é importante o fortalecimento da rede de enfrentamento, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Então, muitas aqui fazem parte dessa rede, estão aqui representadas.

Pode passar o slide, que são os últimos dois, que são da rede de atendimento não especializado e a especializada. Mas, para além dessa rede, nós precisamos ser a rede. Nós precisamos ser a rede de amigas, nós precisamos ser a rede familiar. Nós precisamos ser quem apoia e quem ajuda quem a gente conhece. A gente precisa ser também a pessoa que vai alterar ou multiplicar essa ideia.

Então, eu agradeço muito, Deputada Ieda, essa oportunidade. É muito bom ver uma mulher no espaço de poder, uma mulher no Legislativo. Cumprimento suas outras colegas. São cinco, é minoria, mas eu tenho certeza que vão fazer avanços promissores para este Estado. E eu quero que, daqui a quatro anos, a gente tenha saído desse lugar tão desconfortável que a gente está.

Muito obrigada. E vamos todos lutar.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) - Muito bem. Vamos abrir as falas. Nós temos três falas aqui. Orientado aqui pelo Cerimonial, pedir às pessoas falarem dentro do tema e serem o mais breve possível. Está bom?

Vamos então convidar a Senhora Maria Luziene, do Conselho de Segurança Pública, que trabalha com mulheres no distrito de Jaci-Paraná. Onde está?

A SRA. MARIA LUZIENE - É um prazer estar aqui representando as mulheres do distrito. A gente faz um trabalho com Hélio, com o Conselho de Segurança Pública. Muitas mulheres estão vulneráveis, muitas mulheres estão deprimidas, buscam a solução para sair desse problema, não conseguem, buscam ajuda e não têm acesso, até para ir à delegacia para fazer um boletim de ocorrência, sobre aquela violência que ela está vivendo.

Agora, atualmente, nós temos todo o apoio da PM, do 9º Batalhão, do nosso Coronel Pontes, que está dando todo o apoio no nosso distrito, ele está dando toda a assistência. Então, eu peço para a nossa Deputada Ieda, porque as mulheres muitas não buscam, às vezes elas estão desempregadas, não têm apoio.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) - A senhora poderia chegar só um pouco para frente, por gentileza, para a gente pegar a senhora para colocar na televisão.

A SRA. MARIA LUZIENE - Então, os nossos

distritos de Porto Velho são muitos, até Nova Califórnia. São mulheres que não têm acesso até a delegacia. Não tem como ir à Defensoria Pública para buscar ajuda, até na área da saúde, psicologicamente. Eu estou com 38 mulheres precisando de tratamento psicológico, com psicólogo e com psiquiatra.

Eu estou com uma adolescente que sofreu abuso desde os sete anos, agora está com 13 anos, está grávida de cinco meses. O agressor foi preso e pagou uma fiança de R\$ 7 mil. Está solto. E ela, de vítima, passou a ser culpada porque seduziu o agressor. Então, desde os sete anos de idade ela vinha sendo molestada e ela precisa ter um acompanhamento de psicólogo. A mãe a abandonou porque disse que a criança seduziu o rapaz e ele ficou com ela. Então, a mãe abandonou e a tia está cuidando. A tia não tem condições financeiras para cuidar dela, e nem psicológica. Hoje mesmo, está tentando a rede pública, procurando um psicólogo para atendê-la porque ela só tem 13 anos de idade. Não tem condições nem para tirar o documento para fazer o pré-natal. Nem condições para ir fazer o pré-natal e de bater um ultrassom para ver como é que está a criança. Porque, se você ver a fotografia, é uma criança desse tamanho, não tem corpo, estrutura nenhuma para gerar uma criança.

Então, é uma situação muito difícil até para essas mulheres buscarem ajuda, porque não têm condições financeiras. Tem a delegacia virtual, mas muitos não sabem acessar. E assim, nos colégios, a preocupação que nós temos com nossos jovens, adolescentes que veem seus pais serem agredidos, sua mãe ser agredida, eles são chantageados pelos seus pais se denunciar; ou a mulher mesmo, se for denunciar, ela vai ser morta. Até a própria família é ameaçada. Então, eles ficam coagidos de buscar ajuda. Ficam muito revoltadas, de ir lá se expressar. Dizem assim: "Gente, me socorre, me ajuda, pelo amor de Deus!".

Essa semana mesmo eu trouxe uma, que ela estava com a medida protetiva, mas já venceu, que são só seis meses. Ela tinha de voltar a trabalhar junto com o agressor. E ela é uma professora, então ela tinha que voltar para o seu distrito, lá do Rio Pardo, porque a medida protetiva dela tinha vencido.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – Esse resolveu, viu.

A SRA. MARIA LUZIENE – Foi a senhora quem resolveu. Foi eu quem levei lá.

Então assim, ela entrou em depressão, que nós estamos também buscando o tratamento psicológico, que ela está deprimida. Entrou em depressão, ela não está conseguindo nem trabalhar. Entrou em pânico.

A SRA. EUMA MENDONÇA TOURINHO - Posso fazer uma observação? Isso entra em uma temática nossa do dia a dia. Primeiro, abaixo de 14 anos é estupro presumido. Não interessa se houve consentimento ou não. Para a lei, não interessa se a adolescente consentiu

ou não. E quando nós falamos de adolescente, acima de 12 anos, porque abaixo de 12 anos é criança, considerada pela lei.

Nós temos aqui na região Norte, Deputada Ieda, uma cultura do sexo com menores. Então, algumas menores são levadas pela família, por exemplo, em barcos, em locais ribeirinhos, e é natural para algumas pessoas que homens mais velhos tenham relação sexual com essas meninas. Chegamos ao ponto de ter casais muito novos, um rapaz com 18, a menina com 13. Eles vão morar juntos e constituem uma família, e a menina engravida. E um belo dia, por algum motivo, uma criança que não tinha, por exemplo, o registro, vai até a rede pública de saúde e alguém constata que ela teve relação antes dos 14. Por exemplo, o filho pode ter nascido após os 14, mas ela teve relação — pela idade, não é? —, são nove meses de gravidez. E, nesse momento, há a denúncia e há um processo. E eu sou Juíza da Infância do Sistema Protetivo, é a minha área.

Nesses casos, o Superior Tribunal de Justiça diz: "Não interessa que constituiu família." Até por ser cultural, nós temos que mudar essa cultura. Não importa se para algumas pessoas, porque elas diferenciam, elas falam assim: "Não, mas um idoso que pagou é asqueroso, mas um rapazinho de 19 anos é família, doutora".

É essa a conotação que a gente tem. Para a lei não interessa, abaixo de 14 anos é estupro presumido. O Superior Tribunal de Justiça reforma decisões nessa segunda hipótese, quando diz, quando absorve por algum motivo, ele diz: "Até por ser cultura, nós devemos mudar". Então, essa é a primeira coisa.

A segunda coisa que nós temos é essa violência em toda classe social. A gente está falando muito de pessoas extremamente vulneráveis, mas nós temos da classe "A" à "E". Desculpa, Doutora Flávia, voltar, a senhora tem toda a razão quando diz que a gente tem que cuidar lá da ponta, do básico. A gente precisa falar da nossa realidade também. Porque senão, todo mundo acha que médicas não são violadas, advogadas não são, juízas, promotoras.

Nós tivemos uma juíza morta na noite de Natal, com 16 facadas, na frente das filhas. Nós tivemos uma juíza aqui, a Sandra Nascimento, que hoje, casualmente, o Tribunal de Justiça colocou na sua página social... Desculpa, é a Suzy. Eu estava lembrando da Sandra. A Sandra foi para a rede social como "tbt" —, e na hora eu lembrei da Suzy. A Suzy era Delegada de Polícia Civil, portanto, era uma mulher acostumada com defesa pessoal e arma. A Suzy passou para Juíza de Direito quando já era delegada e já tinha filhos, imagina o esforço dessa mulher em estudar para ser aprovada. E ela foi morta pelo marido, que depois se suicidou.

A Deputada Ieda, na época, morava lá em Pimenta Bueno e o prefeito foi um dos primeiros — na época era Promotor — foi um dos primeiros a chegar ao local. Nós temos essa cultura de trato da mulher como objeto, em todas as classes sociais.

Por isso que nós devemos colocar, Deputada — acho que isso poderia ser lei —, nas escolas essa matéria. Porque já

é, mas concretamente nós temos que ter punições — um sentido amplo — para quem não concretiza isso. Porque não é só a mulher que sofre, não são só os filhos que são criados. Isso, volto a dizer, é um sistema que abala toda a sociedade. Crianças que crescem em ambiente violento tendem — isso não é um fatalismo, mas elas tendem — a ter rendimento escolar baixo, péssimas notas, alguns se tornam violentos pelo modelo dentro de casa, dentre outras consequências. Então, são crianças que têm uma dificuldade maior em se encaminhar na vida porque não têm uma estrutura emocional e psicológica necessária, em razão da violência.

E eu volto aqui à Sacerdotisa Yakolecy, porque quando o Doutor Héverton falou da senhora, que duplamente, além de mulher, é de raça negra, eu lembrei, procurador, da questão religiosa dela. É triplamente. Triplamente. E, hoje, a pretexto da religião, porque é popular, não é? Falar de religião é popular. Que bom que Deus está vendo. Que bom. Porque entre o que se propaga e aquilo que vai no coração das pessoas... Eu acho que muita gente vê verdade quando olha nos nossos olhos e sabe a diferença. A pretexto de religião, se cometem, às vezes, as maiores violências possíveis.

Todas as religiões são boas. Todas as religiões abreviam o nosso caminho até Deus, para quem acredita. Todas as religiões. E que bom que tem tantas religiões — ou algumas delas — que vão em todos os lugares, aonde ninguém quer ir, e dão esperança às pessoas e ajudam as pessoas. Mas não se pode, a pretexto da religião, cometer crimes. Não se pode, a pretexto das religiões, justificar condutas.

Só para terminar: eu não posso falar de processos. A Lei Orgânica da Magistratura me proíbe, mas eu posso falar genericamente. Como Juíza da Infância, do sistema protetivo, eu já julguei estupro de bebê. E, em muitos casos, eram religiosos os réus.

E, para crimes punidos com reclusão, eu sou obrigada por lei a ouvir oito testemunhas de defesa. Algumas que duram uma hora, uma hora e meia, mais ou menos. Oito testemunhas são dez horas de audiência. Para ouvir testemunhas de defesa que não presenciaram os fatos. A palavra da vítima é fundamental, salvo quando desconstituída por outros elementos de prova, porque há mentira, há alienação parental, há uma série de coisas, mas isso é raro. Ouvir dez horas pessoas falando que houve estupro porque uma menina de cinco, sete anos, "seduziu um pastor", porque "tinha o demônio no corpo", é usar da religião para um propósito que se mostra incabível.

A religião não serve para isso. A religião serve para unir as pessoas, para proteger as pessoas, para ter liberdade, inclusive de manifestação, de acolhimento. E eu, às vezes, olho essas manifestações e vejo as pessoas falando "ah, mas é algo ecumênico, não é?". "Ecumênico" tem origem na Igreja Católica, nem isso as pessoas estudam. Eu fui aluna do Instituto Maria Auxiliadora e adoro os rituais de igreja. Adoro, Sacerdotisa. A ponto de ter minha lua de mel em Roma, com meu marido falando "se você entrar em mais uma igreja, nós vamos embora da lua de mel".

Então, eu tenho muito respeito às igrejas, independentemente da religião. Mas eu gostaria que essa religião tão propagada em discursos públicos e populistas de fato servisse a um propósito divino. Desculpa a interrupção.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) - Eu gostaria de seguir aqui as falas que estão inscritas, porque tem pessoas que estão aguardando há muito tempo. Pode ser? Senhora Maria Laudiceia Silva de Oliveira, mercado de trabalho para mulheres com deficiência. Por favor.

A SRA. SACERDOTISA YAKOLECY MARLENE MONTEIRO - Depois eu quero um aparte, por favor. Porque a religiosidade, imagine o que enfrenta: abuso de todas as formas, abuso de agressão, de chegarem a invadir o teu santuário porque existe demônio. Falta de conhecimento. Porque não existe religião nenhuma "demônio". Nenhuma religião invoca demônio. Porque você vai falar de Exu e vai dizer que é demônio? Exu não faz maldade a ninguém; o ser humano, sim, que pede para o Exu fazer.

Agora, o que passa na casa de uma sacerdotisa? Choro, lamentações, de uma pessoa chegar e se jogar nos teus pés, pedindo "me ajuda", "só você pode me ajudar". Não tenho onde morar, não tenho como criar meu filho, eu não tenho... e casa espiritual é abrigo. É abrigo. E não temos nenhuma distinção de que seja homem, mulher, homossexual, de todas as formas.

Certa vez, eu estava na minha casa, eu e meu filho mais novo, que é meu filho de coração. E é acostumado a chegar gente na minha casa, bater e entrar. Eu estava na cozinha, chegou um cidadão e bateu na porta. Ele foi, abriu e deixou entrar. E chegou lá na cozinha comigo: "Mãe, tem um rapaz aí lhe chamando". Eu fui, até na frente. Quando eu cheguei, o rapaz estava já observando a casa — só eu e essa criança de 3 anos. E fui atender esse cidadão. Ele disse para mim assim: a senhora nem imagina o que eu vim fazer na sua casa. Eu disse: "Meu anjo, não tem porque você vir fazer algo mal. Porque o que você está precisando é de ser ajudado, de ajuda. Algo está lhe perturbando. Sente aqui." Ele sentou. Eu fiz um banho para ele, passei para ele, e ele disse: "Eu não sei, a senhora não é nem uma santa, mas a senhora fez uma coisa muito maravilhosa para mim. Eu vim aqui para a sua casa e vim para roubar". Eu disse: "Não, mas você não vai fazer mais isso, nem em casa minha, nem em casa de ninguém".

Ao contrário, que o evangélico, o pastor, invadiu a minha casa e saqueou. A Mara sabe dessa história, porque o Deputado Valverde foi quem foi por mim, que foi trabalhar, que foi levar a denúncia do funcionário da Caixa Econômica, que era um gerente de vendas que engavetou meu documento e vendeu a casa para o pastor, e a casa de meu vodum foi saqueada.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) - Ok. Eu quero pedir a atenção de todos, dado o

avançado da hora — não me tenham por chato —, mas vamos fazer o uso da palavra mais breve, 2 minutos. Está bom? Por favor, porque senão a gente vai ficar até tarde aqui. Por gentileza.

Com a palavra, a senhora.

A SRA. MARIA LAUDICEIA SILVA DE OLIVEIRA
- Boa noite a todos. **(fora do microfone)**

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias)
– Pode usar o microfone, por favor. Só puxar ele um pouquinho para perto da senhora.

A SRA. MARIA LAUDICEIA SILVA DE OLIVEIRA -
Eu vou usar o microfone depois que eu fizer a descrição para uma pessoa com deficiência visual.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias)
– Fique à vontade.

A SRA. MARIA LAUDICEIA SILVA DE OLIVEIRA -
Nós estamos com duas pessoas com deficiência visual e em nenhum momento a Mesa teve esse respeito de fazer a descrição de cada um ao Presidente da Associação dos Deficientes Visuais, o Senhor Odair e para a Samara, que também tem baixa visão.

Eu sou uma pessoa com deficiência física, tenho os pés tortos congênito, bilateral. Estou usando um macacão preto, um anel no lado esquerdo, e estou usando também uma gargantilha, uma pulseira, sei lá, isso no pescoço, que eu não sou de muito de usar.

Então, eu peço essa consciência para todos da Mesa e, para os próximos eventos, ter audiodescrição de cada pessoa, como forma de conscientização, em respeito às pessoas cegas ou com deficiência visual.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias)
– Parabéns.

A SRA. MARIA LAUDICEIA SILVA DE OLIVEIRA –
O meu nome, como eu já falei, sou Maria Laudiceia. Sou mais conhecida como “Laudiceia Oliveira”. Sou da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência e Mulheres com Deficiência da Amazônia. Desculpe eu falar tudo isso para a Mesa, mas eu achei assim que havia uns vídeos, várias coisas que o Odair não acompanhou e nem a Samara, por serem cegos. E muito menos ninguém se preocupou. Quer dizer, nós somos invisíveis para a sociedade.

E o que eu quero falar sobre a pessoa com deficiência, a mulher com deficiência da Amazônia? A falta de desemprego, a falta de escolaridade acessível às nossas condições.

E quando o Geovane, a Maria e o Danilo falaram sobre a empresa que vai trabalhar de intérprete, eu também não aceito essa proposta, por quê? Quem vem de fora tem Libras diferente, tem sinais diferentes e não podemos fazer com que os próprios profissionais daqui percam essa geração de renda entre os profissionais e as próprias pessoas surdas. Porque a pessoa intérprete é ouvinte, um instrutor é uma pessoa surda. Por quê?

Tem surdo que não sabe Libras. E esse surdo que sabe a Libras e sabe também conversar com os demais colegas que não sabem Libras, vai traduzir para o intérprete.

Bom, pessoal, eu gostaria de falar à nobre deputada para fazer um projeto de lei para termos vagas em cada gabinete, de pessoas com deficiência. Não existe isso. Centro de Referência também para mulheres com deficiência, haja vista nós termos uma condição física diferente das demais mulheres. Nós lutamos por direitos, todas nós, mas direitos específicos à mulher com deficiência é isso que nós queremos.

Nós queremos um Centro de Referência de mulheres para fazer exames com equipamentos específicos à nossa condição. Quem está na cadeira de rodas não consegue ficar em pé para ficar em uma mamografia. Quem está em uma cadeira de rodas não pode estar subindo rampa daquelas carretas que faz exame. É humilhante para nós, mulheres com deficiência.

Área reservada para pessoa com deficiência, dentro do ônibus. É só aqui em Rondônia que não tem a área reservada dentro dos ônibus. Entre o cobrador e o motorista, tem que haver reserva para pessoas com deficiência. Quem mais se prejudicam são as mulheres com deficiência visual e os homens com deficiência visual que ficam distantes do motorista para informar onde é a parada que ele tem que ficar. Isso a gente não observa, porque somos invisíveis. E nós queremos sair dessa invisibilidade.

Por que as empresas nos contratam, mesmo a gente tendo nível superior, mestrado, doutorado ou pós-graduado, para serviços gerais? Falta de conscientização dos grandes empresários e das próprias políticas públicas que não fomentam, que não faz promover cursos de formação para essas pessoas, incentivar as pessoas com deficiência a ter um cargo melhor. Ser mulher com deficiência é muito mais difícil que uma mulher bonita, uma mulher que tenha um perfil que a empresa pode contratar. Nós não temos um padrão bonitinho, rostinho bonito, nós não temos um corpo perfeito. É isso o que nós queremos. É essa inclusão que nós queremos dentro de Rondônia.

A saúde bucal das mulheres com deficiência. O quanto é difícil para a gente adquirir. Mulheres que, às vezes, têm apenas o benefício que é para pagar água, luz, casa e ainda dar de comer e beber para a família. O que é vulnerabilidade?

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias)
– Ok. 30 segundos para a senhora concluir, por gentileza.

A SRA. MARIA LAUDICEIA SILVA DE OLIVEIRA
– Pois não.

O que é vulnerabilidade? Todo mundo falou em vulnerabilidade. Mas o que é vulnerabilidade na linguagem corrente? “Vulnerabilidade é qualidade de vulnerável. Ou seja, o lado fraco de um assunto ou questão. O ponto por onde alguém pode ser atacado, ferido ou lesionado fisicamente ou moralmente. Por isso vulnerabilidade implica risco, fragilidade ou dano.”

Eu gostaria de concluir a fala, já que me restou apenas isso, até nisso nós somos vulneráveis. Para as demais mulheres foram cinco minutos, dez minutos, quinze minutos. Para nós mulheres com deficiência é um, dois minutos.

Eu gostaria que a senhora Deputada também pudesse criar dentro desta Casa Parlamentar uma cabine de audiodescrição com fone de ouvido para as pessoas com deficiência visual quando vierem participar. Isso é um direito garantido para as pessoas cegas. E também ali na tela, ter o retorno para as pessoas com deficiência auditiva, ter o retorno, a janelinha de Libras também que falta nessa tela. Ninguém observou, mas a gente precisa dar esse retorno dali. Ninguém pode estar só visualizando lá para o intérprete, nessa distância, para quem é deficiente auditivo, deficiente visual não consegue enxergar, visualizar ali a intérprete de Libras. O Deputado falou sobre o projeto dele aqui. E tem algumas coisas que ainda faltam alterar aqui dentro dessa lei dele, como "portadores de surdez". Já está bem defasada essa nomenclatura. Nós não utilizamos mais, desde 2009. Eu gostaria que ele estivesse aqui ou que alguém leve essa mensagem. Eu estou à disposição para poder corrigir alguns erros aqui para nós, pessoas com deficiência.

Nós não queremos mais ser chamados como PCD, como rótulos. Nós não somos rótulos, nós somos pessoas, nós somos mulheres, homens, que temos apenas uma condição que não nos faz iguais às demais pessoas. Obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias)
- Senhora Rosimar Francelino, Coordenadora da Rede Lilás.

A SRA. ROSIMAR FRANCELINO MACIEL - Boa tarde, boa noite a todos. Obrigada. Já haviam encerrado as inscrições, mas nós precisávamos falar. Eu sou uma mulher parda, de cabelo arredondado, afro, crespo. Eu fiz luzes, então ainda está mais bonito. Tenho 50 anos, com aparência de 30. Eu trabalho no Tribunal de Contas. E lá, para priorizar as nossas — vou falar bem rápido porque nós temos pouco tempo, e tentar compilar também tudo que a Sandreia me solicitou.

Pelo Tribunal de Contas eu atuo na Rede Lilás. Lá no Tribunal, para nós priorizarmos as nossas fiscalizações, o que nós vamos fazer, nós utilizamos várias técnicas. E uma delas é verificar a gravidade, a urgência e a tendência de determinada situação-problema na sociedade. Em relação ao feminicídio, que nós também tratamos como situação-problema, nosso presidente disse, como há muita, nós sabemos de tudo, de muita coisa, temos muitos dados. Temos — como a senhora disse, Doutora Euma —, você tem que focar na situação mais urgente.

O que nós temos de mais urgente? Posso compilar tudo que eu escrevi e trazer para a Assembleia. Os nossos objetivos maiores é que toda essa rede, todos os Parlamentos e Poderes — Poder Legislativo, Judiciário, Executivo — estejam na rede. E estão na rede. São adesos da rede oficialmente. E nesse trabalho em rede, nesse método de trabalho em rede que nós podemos focar — como a senhora disse, Doutora Euma, também,

uma solução muito viável que a senhora trouxe — desde a infância, a educação desde a infância, a valorização da vida. E não só a valorização da vida. Eu anotei aqui. Valorização da vida. E a senhora me disse, não lembro. Passou. Mas, trazer bem constante essa questão da valorização da vida para as crianças desde o início.

Nós temos uma coordenadoria na PM, temos uma coordenadoria no Tribunal de Justiça, um núcleo na Defensoria Pública. Mas nós precisamos institucionalizar, precisamos de alguém que encampe a institucionalização de uma coordenação dessa rede de enfrentamento para que os nossos projetos sejam, não saindo da competência de cada um, mas que sejam articulados, como diz o Doutor Álvaro, em uma articulação horizontal, dentro da competência de cada um, mas trabalhando de uma forma ordenada, organizada para que os nossos projetos sejam realmente priorizados.

E aí nós falamos de orçamento. Temos duas, cinco, dez páginas de relatório falando de orçamento. E nós precisamos verificar que problema sistêmico é esse que existe dentro da elaboração dos orçamentos estadual e municipal para que não sejam priorizadas as ações de enfrentamento à violência contra a mulher. É um problema sistêmico. Precisamos falar muito sobre isso. E isso, também, se há um problema sistêmico, gera responsabilização. Tudo isso falamos na Rede Lilás.

E o grande projeto do Conselho é levar, tornar a rede, um pacto da Rede Lilás foi assinado no Município de Porto Velho. A Rede necessita de uma maior abrangência. Não só os Conselhos, mas também a rede, como trabalho em rede, nos municípios. Isso vai nos trazer, por exemplo, nós temos uma central de monitoramento de medidas protetivas e nós sabemos que determinada pessoa tem ali 5, 10, 12 medidas protetivas. Essa pessoa está em uma situação de risco elevadíssimo, um nível de risco muito elevado. Por isso temos o Protocolo Frida para medir esse nível de risco.

E, qual política nós temos estabelecida para dar continuidade? Eu olho lá, faço o monitoramento. "Ah, beleza. Ela tem doze medidas". E aí, que encaminhamento eu dou para essa mulher? Então, esse é apenas um exemplo de políticas que nós podemos fazer, elaborar, executar e tornar efetiva com a institucionalização dessa coordenação da rede.

É isso, muito obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias)
- Ok, o pessoal da Taquigrafia está registrando tudo. Isso é muito importante, depois ter como debater. Excelentíssima Senhora Vereadora Sol de Verão, da Câmara Municipal de Jaru e Presidente da Comissão dos Direitos Humanos.

A SRA. SOL DE VERÃO - Boa noite a todos. Primeiro dizer que cheguei atrasada, pedir desculpa, porque a gente está em um congresso de vereadores, ali no Rondon Palace Hotel e larguei tudo lá e vim, porque é de suma importância participar de um trabalho como esse.

Quero me apresentar. Estou vereadora no Município de Jaru, pelo primeiro mandato. A minha bandeira é a defesa

da mulher. E eu quero aqui parabenizar a Deputada Estadual Ieda Chaves, dizer que eu sou sua admiradora. Quando a senhora ganhou, que a gente viu aquele tanto de votos, tinham pessoas que falava assim: “Como é que ela ganhou, gente?”. Aí, eu defendia. Eu dizia: “É uma mulher que eu acompanhei o trabalho dela, ela tem o trabalho dela, então, foi justo ela ter ganhado e me representa.” E está provando isso, a partir do momento que se preocupou e agendou esta Audiência Pública para debater um assunto tão importante quanto este. Parabenizar o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, na pessoa da Sandreia, Marli, Negra Rosa, a Laura e demais mulheres do Conselho. Dizer que a luta é árdua, porém elas não desistem. Mesmo sem estrutura para ir aos municípios, elas vão, se tiver que tirar do bolso elas tiram para comer, mas elas estão ali firmes e fortes, e isso é muito bom, nos fortalece também. Fui Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher por dois mandatos e depois de eleita vereadora eu fui... Jaru foi o primeiro município em que foi criada, por Resolução, a Procuradoria Especial da Mulher, que visa fortalecer a mulher no Parlamento. Hoje, há muita violência política contra a mulher e a Procuradoria Especial veio para isso, para fortalecer e chamar as mulheres para a política. Isso é importante também. Hoje, eu estou aqui — eu nem me apresentei —, de camiseta preta — nós temos na nossa Igreja Metodista, uma campanha de enfrentamento à violência contra a mulher, “Quinta-feira de preto” —, e eu estou com essa camisa aqui, podem olhar. A partir do momento que você vai toda quinta-feira para o seu trabalho, para qualquer lugar, de preto, alguém vai falar: “Por que você veio de preto?” Como já me perguntaram. Então, lá na Câmara Municipal, muitas mulheres já usam preto e isso é uma campanha silenciosa nesse enfrentamento, e isso é importante.

Um encaminhamento para a nossa deputada, referente à Procuradoria Especial aqui dentro do Legislativo, que foi criada por Resolução, em 2019. Eu não cheguei a ver alguma deputada com essa bandeira na Legislatura passada e foi criado, na época dentro da Resolução, o Chameron (Centro Humanizado de Atendimento à Mulher no Estado de Rondônia), que não é aqui dentro da Assembleia, é lá dentro do Parlamento-Mirim e a gente vê que eles não têm muita estrutura. Qual é o meu encaminhamento? É que a Deputada procure e que seja uma Deputada Estadual Procuradora.

Não é só o Chameron fazer os encaminhamentos, atender as mulheres. Nós precisamos de, aqui no Legislativo, mulheres que nos representem realmente e a Procuradoria Especial é muito importante. E eu peço à nossa deputada que ela procure. Na época, foi apresentado pelo Deputado Dr. Neidson e a Mesa Diretora, onde tinha o Deputado Laerte, a Deputada Cassia, mas que, na prática, a gente não vê essa representatividade. Então, vai aqui esse encaminhamento, que a senhora procure saber, e segure firme.

E conte comigo como vereadora, conte aqui com o Conselho, e todas as mulheres que estão aqui. Parabéns

às mulheres que estão aqui na galeria. E é isso, esse tema é importante. A minha presidente da UCAVER Mulher, ela está na luta contra a violência política contra a mulher, palestrando, orientando. E que venham mais mulheres. Têm muitas mulheres empoderadas, e poucas mulheres na política. E que elas venham para a política nos representar realmente. Muito obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias)
- Senhora Ana Paula, Coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça.

A SRA. ANA PAULA MARQUES RODRIGUES - Bom, boa tarde a todos. Eu vou ser bem breve aqui. No momento, eu faço a minha autodescrição: eu sou uma mulher negra, de cabelo crespo, estou vestida com roupa bege, camisa azul e acessórios dourados. Cumprimento agora a Excelentíssima Senhora Deputada Ieda Chaves, proponente desta Audiência Pública, em nome de quem saúdo a todos e todas aqui presentes. Bom, neste ato, eu represento a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça, eu sou assistente jurídica atualmente. E essa Coordenadoria tem como titularidade o Desembargador Álvaro Kalix Ferro. Ele pediu para avisá-los que, infelizmente, ele não pôde estar presente por razões de saúde, mas ele atua nessa temática de prevenção e coibição da violência contra a mulher desde 2006. Eu agradeço pelo espaço de diálogo, Deputada. E parabeno pela iniciativa de tratar sobre esse assunto tão importante que é a garantia dos direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Eu não me manifestaria, mas depois da primeira fala que nós tivemos ali em cima — peço desculpa por não ter anotado o nome da senhora que se manifestou —, mas ela falou sobre a dificuldade de acesso à justiça pelas mulheres residentes nos distritos. Essa é uma realidade bem presente no nosso Estado. E aí eu ressalto a importância do Coronel Braga, da senhora Sandreia, que fez o levantamento, diagnóstico das delegacias. Nós vimos a Doutora Flávia, ela apresentou a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontando que a maioria das mulheres que sofrem violência não denunciam; e as que denunciam, a porta de entrada principal são as delegacias e as DEAMs (Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher).

Aqui no Estado nós temos um projeto chamado Maria Urgente, o qual o Coronel Braga se manifestou inicialmente, e ele é um projeto muito valioso para nós, porque permite que mulheres que estão em situações mais periféricas e que não têm recursos para se deslocar à delegacia possam fazer no ato da denúncia, ali no ato, que chamam o 190, o pedido das medidas protetivas de urgência (MPU).

Nós temos alguns dados e, somente no ano de 2022, nós tivemos com esse projeto — que agora ele é atuante somente nas Comarcas de Porto Velho e de Ji-Paraná — 1.153 ocorrências. E, dentre elas, 47 mulheres

manifestaram interesse nas MPUs.

Eu chamo atenção aqui, Deputada, que apesar de ser um excelente projeto, executado pela Polícia Militar em parceria e em cooperação com o Tribunal de Justiça, um projeto pioneiro mesmo, de vanguarda, e que só acontece aqui no Estado de Rondônia, nós temos uma dificuldade muito grande com relação à expansão. Porque as polícias não têm estrutura pessoal e material para atender a demanda, que é altíssima. Somente nessas Comarcas — Porto Velho e Ji-Paraná — que nós temos. Mas nós temos resultados relevantes.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) – 30 segundos, por gentileza.

A SRA. ANA PAULA MARQUES RODRIGUES - Sim.

Assim, é preciso destacar que as polícias demandam, elas precisam de contingente pessoal para o NUPEVID (Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar), para que esse atendimento ocorra ininterruptamente, 24 horas. E o que se requer é que haja uma igualdade de tratamento a todas as mulheres, sejam residentes em Porto Velho ou nos distritos, ribeirinhas, enfim, que elas tenham acesso efetivo à justiça.

Por fim, eu coloco a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça à disposição para parcerias, para diálogos e debates nessa temática. E também à disposição para visita pessoal do Desembargador Álvaro Kalix Ferro à Assembleia e ao Poder Executivo. Naquilo que nós pudermos fazer enquanto Tribunal de Justiça, nós nos colocamos à disposição. Esse tem sido o nosso compromisso. Esperamos que todos, enquanto rede de enfrentamento, nós tenhamos um olhar atento para as nossas portas de entrada, principalmente as delegacias, que necessitam também de orçamento. Muito obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) – Senhora Fabíola Silva, membro da Aliança Nacional LGBT.

A SRA. FABÍOLA SILVA - Eu me chamo Fabíola Silva, sou Coordenadora da Aliança Nacional LGBTQIA+ do Estado de Rondônia, eu represento o Estado em todo o Brasil.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer muito a presença de todos vocês da Mesa, principalmente a Deputada Ieda, que está começando a fazer os trabalhos e estão sendo muito importantes para todos nós. Também venho agradecer à nossa Procuradora — não lembro o nome dela —, que quero parabenizá-la, porque todos esses momentos de plenário em que eu estive, eu nunca ouvi ninguém falar em mulheres trans e travestis. Você está sendo a primeira, então eu quero parabenizá-la. E quero parabenizar a todos vocês por eu estar aqui dando um pouquinho das minhas palavras.

Bom, já que estamos falando de violência, em 1970 eu deixei de estudar por causa das questões da violência. Eu me formei com 50 anos de idade porque na minha época eu fui privada de estudar pelo fato da violência psicológica, a violência carnal. Então, nem a minha família sabe o que eu passei algumas situações nessa época. Mas, mesmo assim, eu não desisti de lutar.

E hoje, com 50 anos, eu me formei, sou uma assistente social com orgulho. Obrigada!

Infelizmente, passaram-se 50 anos, e nós não tivemos muito avanço. A gente não pode dizer que está tudo bem, que as pessoas estão com a mentalidade mais aberta, porque isso não é verdade. Como a doutora mesmo falou, o tanto de violência que acontece e está acontecendo e vai continuar acontecendo, mesmo se tiver políticas públicas, mesmo se fizerem tudo de bom para melhorar, essa violência vai sempre acontecer com a gente.

Então, assim, eu vim aqui por um fator. Eu queria que a Deputada Ieda Chaves pensasse com carinho a questão do nosso Conselho, porque até isso nós fomos privadas, de ter um “Conselho da Diversidade”.

Nós queremos um conselho para nós brigarmos pelos nossos direitos. Já que nós temos nossos deveres, nós temos que ter direitos também. Não é verdade? Nós votamos, nós temos uma vida social, pagamos taxas. Então, nada mais, nada menos, o direito que a gente tem de ter um Conselho da Diversidade para poder lutarmos pela igualdade. Eu gostei muito quando a doutora falou, que ela fala de “mulheres”. Ela não falou de mulheres... Quando a gente fala de mulheres, a gente fala mulheres em geral: mulheres trans, mulheres travestis, mulheres negras.

Então, essa igualdade vai demorar muito a chegar. Mas quanto mais brigarmos e lutarmos, nós vamos chegar num lugar melhor do que nós estamos hoje. Está bom? Só isso mesmo. Obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Mestre de Cerimônias) - Eu devolvo a palavra à Deputada Ieda Chaves.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Vou fazer minha autodescrição, e pedir desculpas, porque não é a primeira vez que eu estou usando o microfone, e não fiz. E, realmente, eu fico feliz por ter tido essa intervenção para que a gente preste mais atenção em todas as causas. Estávamos muito focados na causa falando sobre mulheres e, é claro, tem mulheres, pessoas com deficiência, não é? E estamos com mulheres aqui também que precisam também ser ouvidas, que precisam ser vistas, e eu proponho que depois a gente possa ter um momento para tratar exatamente de pessoas com deficiência com um tempo maior, porque hoje, quando a gente começou esse assunto, já estávamos no fim.

Eu acho que a gente teve uma tarde muito produtiva. Então eu fiquei muito feliz e, principalmente, muito agradecida a cada um de vocês que aceitaram o meu convite para esta tarde. Esta tarde, que eu digo, de suma importância, porque, como estamos falando de mulheres em vulnerabilidade, a gente vê que ser mulher é perigoso. Ser mulher é estar em risco constante. Enquanto a gente não avançar nisso, enquanto a gente não tiver esse momento para que a gente possa levar a nossa voz, para que a gente possa conscientizar a todos, a gente não vai mudar essa realidade.

Eu participo como parlamentar na Comissão de Educação. E eu já chamei a Secretária para que a gente possa conversar na Comissão, e a gente já pediu alguns esclarecimentos, para que a gente possa levar com

efetividade a questão de leis aprovadas. Então, se nós temos leis que já são aprovadas, para que a gente possa tratar desse assunto, como muitos já falaram, sobre a questão cultural.

Então, onde a gente pode mudar isso? Onde a gente pode mudar as novas gerações? É começando lá com as nossas crianças, com os nossos adolescentes, que depois vão se tornar mãe, vão se tornar pai, e é onde a gente vai conseguir, talvez, mudar de fato essa realidade. Por enquanto, a gente luta, talvez até por algumas medidas paliativas, mas a gente tem que acreditar que a gente possa fazer a diferença na vida dessas mulheres. Eu estava, no sábado à noite, por coincidência, em um evento com o Doutor Héverton e ele me disse algo que é muito impactante, que se um homem for fazer uma caminhada, agora no final do dia, que já está escurecendo, e tal, tira o relógio, coloca um tênis, uma camiseta, shorts e vai fazer sua caminhada. Nós mulheres não podemos fazer isso. A gente pode tirar o anel, pode tirar o brinco, mas a gente é o perigo. A gente corre perigo.

Então, eu achei assim bastante impactante. É algo para gente pensar. Nós precisamos, sim, ser protegidas, mas nós precisamos sim mudar essa cultura. Não é porque uma mulher está andando na rua sozinha que alguém tem o direito de abordar, de violentar, enfim. Nós precisamos de fato lutar para mudar essa cultura primeiramente, e tomar medidas, é claro, com políticas públicas, com medidas de segurança.

E eu queria dizer — eu acho que foi a Doutora Flávia que comentou com relação ao filho — que eu me lembrei de uma situação da qual eu me orgulho muito, porque eu tenho uma filha e um filho. E o meu filho tem, de fato, uma cabeça muito boa, eu diria que “um militante”. E eu descobri, eu sempre tratei isso com ele, eu sempre conversei com ele, “não faça nunca com outras meninas aquilo que você não queira que faça com sua irmã, porque elas também têm irmãos, têm pais, têm mães. E você nunca vai fazer algo com alguma mulher”.

Então, foi uma questão de educação que a gente fez em casa. Mas quando ele tinha uns 16 anos, fizemos uma viagem para estudos e ele estava junto e um outro amigo foi junto. Ele estudava fora, tinha vindo passar um final de semana aqui em Porto Velho, saiu com uma menina, coisa de jovem, acho que tinha 16 anos, e esse amigo dele na viagem falou — eu estava junto, estávamos caminhando os três e ele começou a tirar onda do meu filho —, “ah porque você foi para Porto Velho e ficou com aquela menina tal, porque aquela menina tal já ficou com tantos assim, assim”. Ele falou, sem eu ter precisado falar nada, ele disse: “Ué, mas qual o problema que ela tenha ficado com esse e com outro? Com quantas você já ficou? Por que ela tem que ser diferente?” Então, naquele momento eu senti muito orgulho de ver que, realmente, eu estava educando no caminho certo.

E eu já disse e repito, nós mulheres criamos homens. Então a gente tem que lutar lá na escola, colocar realmente para que essas crianças ouçam, para que essas crianças consigam mudar essa cultura. Porque, às vezes, dentro de casa também existe essa cultura do machismo, essa cultura de que a mulher tem que aceitar. Mas porque também eles, os homens, já foram criados assim, as mulheres foram criadas para

aceitar isso. Então, quanto mais nós discutimos, quanto mais nós levamos informação, eu acho que esse vai ser o único caminho para que a gente possa mudar essa realidade.

Queria, de coração, mais uma vez, agradecer a todos vocês que contribuíram de uma forma magistral para que essa tarde realmente fosse tão proveitosa. E eu peço também desculpa para as pessoas que estavam inscritas e que não conseguiram falar, porque a gente avançou bastante na hora, mas nós teremos oportunidade, com certeza, para que a gente continue trabalhando juntos. O meu gabinete está de portas abertas para eu atender cada um que representa essa causa que é nossa. Essa causa não é minha, não é das mulheres, é dos homens, é de todos que participam da nossa sociedade.

E eu acho que, por meio desta solenidade, a gente conseguiu alguns avanços. Conseguimos emenda parlamentar para que possa ser aplicado em Ariquemes para a Casa de Abrigo de mulheres em vulnerabilidade. A gente também, aqui nós temos representantes do Ministério Público, do Judiciário — isso é muito importante para que a gente possa de fato juntos avançar —, da Polícia Militar também, Conselho, enfim, todos que estão aqui hoje, juntos a gente vai com certeza conseguir avançar.

E, nesse sentido, eu também tenho algo a colocar, com que eu fico assim muito feliz de contribuir, que é através das meninas, as Filhas do Boto Nunca Mais, que eu já me comprometi com emenda parlamentar para que elas possam cuidar da casa. Infelizmente, como nós não temos ainda a delegacia 24 horas, o acolhimento necessário do Poder Público, que a gente precisa, todo mundo já disse muito e é muito verdade, a gente tem que avançar nessas questões. Mas eu destinei, segundo o que elas me pediram, que com R\$ 80 mil, R\$ 60 mil elas conseguiriam dar uma alimentação para a sala humanizada. Elas falaram que elas não têm como. Alguém vai lá voluntariamente, elas conseguem pessoas voluntárias para ir lá, mas não tem um recurso até para dar um lanche para quem vai ficar lá. Então, elas falaram que com R\$ 60 mil/ano elas conseguiriam cuidar disso. Eu destinei R\$ 100 mil por ano para que, até o final do meu mandato, elas possam ter esse apoio e continuar fazendo esse trabalho tão relevante.

A gente também vai trabalhar aqui, na próxima terça-feira, a gente tem a Comissão da qual eu participo, que é onde a gente vai deliberar os recursos do Fundo Estadual de Políticas Públicas das Mulheres, que estão contingenciados desde 2020 por conta da pandemia. Então, a gente vai trabalhar para que esse recurso fique disponível para que volte a ser usado no que a gente tanto necessita.

E, por fim, saímos daqui com a missão e o desafio de trabalharmos para a redução dos números de ocorrência de violência doméstica e efetividade dos direitos de todas as mulheres.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade, e declaro encerrada a presente Audiência Pública, desejando uma excelente noite a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 42 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº2083/2023-SRH/SG/ALE**

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MATHEUS HOLANDA DE QUEIROZ, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, do Gabinete da Presidência, a contar de 31 de março de 2023.

Porto Velho, 29 de março de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2084/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MARCO ANTONIO DA SILVA ROSA JUNIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, do Gabinete do Secretário Adjunto de Segurança Institucional, a contar de 31 de março de 2023.

Porto Velho, 29 de março de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2085/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

A pedido, o servidor **HEVERTON ALVES DE AGUIAR JUNIOR**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-05, do Gabinete do Ouvidor Chefe, a contar de 28 de março de 2023.

Porto Velho, 29 de março de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 164/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias, no período de 08/03/2023 a 11/03/2023, ao servidor relacionado que via transporte terrestre foi de: Porto Velho/RO aos municípios de Jarú/RO, Ouro Preto do Oeste/RO, Ji-Paraná/RO, Cacoal/RO e Rolim de Moura/RO, realizando a confecção de matérias jornalísticas, bem como assessoramento ao Deputado Estadual Ribeiro do SINPOL, conforme processo eletrônico nº 17005/2023-e.

Matrícula	200172325
Nome	Anderson Lima F. do Nascimento
Cargo	Assessor Técnico
Lotação	Dep. Ribeiro do SINPOL

Porto Velho - RO, 28 de Março de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 165/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias, no período de 24/03/2023 a 25/03/2023, ao servidor relacionado que via transporte terrestre foi de: Porto Velho/RO ao município de Guajará Mirim/RO, acompanhar as entregas de certificados de cursos inerentes de emendas parlamentar do Deputado Estadual Alex Redano, conforme processo eletrônico nº 16998/2023-e.

Matrícula	200173375
Nome	Adriano P. da R. Nascimento
Cargo	Assessor Técnico
Lotação	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 28 de Março de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 166/2023-SRH/D/SG/ALE

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 27/03/2023 a 29/03/2023, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de: Ji-Paraná a Porto Velho/RO, realizar a segurança do Deputado Estadual Laerte Gomes, conforme processo eletrônico nº 17234/2023-e.

Matrícula 200173944
Nome Danilo Lopes Nunes
Cargo Assessor de Seg. Especial
Lotação Sec. de Seg. Instit.

Porto Velho - RO, 29 de Março de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 167/2023-SRH/D/SG/ALE

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 27/03/2023 a 31/03/2023, a servidora relacionada que irá via transporte terrestre de: Porto Velho/RO aos municípios de Vilhena/RO e Colorado do Oeste/RO, prestar assessoria militar ao Chefe de Gabinete, bem como conduzir do veículo, conforme processo eletrônico nº 17331/2023-e.

Matrícula 200173926
Nome Dirley Feitosa Bezerra
Cargo Assessor de Seg. Especial
Lotação Sec. de Seg. Instit.

Porto Velho - RO, 29 de Março de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 168/2023-SRH/D/SG/ALE

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias, no período de 28/03/2023 a 29/03/2023, ao servidor relacionado, que irá de Ji-Paraná a Porto Velho/RO, conduzir o veículo para o Deputado Estadual Affonso Cândido, que irá participar de agendas nesta Casa de Leis, conforme processo eletrônico nº 17358/2023-e.

Matrícula 200172314
Nome Jose Renato Alves de S. Silva
Cargo Assessor Parlamentar
Lotação Dep. Affonso Candido

Porto Velho - RO, 29 de Março de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 169/2023-SRH/D/SG/ALE

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias, no período de 28/03/2023 a 29/03/2023, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de: Ji-Paraná a Porto Velho/RO, assessorar o Deputado Estadual Affonso Cândido, em suas atividades nesta Casa de Leis, conforme processo eletrônico nº 17358/2023-e.

Matrícula 200172313
Nome Danilo Carrilho Cardoso
Cargo Assessor Parlamentar
Lotação Dep. Affonso Candido

Porto Velho - RO, 29 de Março de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PRORROGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 003/2023/ CPP/ALERO
Processo Administrativo nº 9564/2023

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL, através da Comissão Permanente de Pregão - CPP, nomeada pelo ATO Nº 1970/2023-SRH/SG/ALE, publicada no DO – e – ALE/RO nº 036, do dia 03 de março de 2023, através de seu Pregoeiro, vem a público comunicar a PRORROGAÇÃO da sessão pública de abertura do pregão supracitado, tendo como finalidade o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE RESERVAS, EMISSÕES, REMARCAÇÕES E CANCELAMENTOS DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES DE VOOS, BEM COMO DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GRATUITO 24 HORAS POR DIA PARA A SOLUÇÃO DE OCORRÊNCIAS, ATENDENDO ÀS NORMAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC, a pedido da Superintendência Logística, inicialmente marcada para o dia 10 de abril de 2023, foi prorrogada para o dia 14 de abril de 2023, às 09:00hs, em face do Edital e seus anexos não terem sido disponibilizados em tempo hábil aos interessados no Portal Comprasnet.

Porto Velho/RO, 29 de março de 2023.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro CPP/ALE/RO